



LIÇÕES  
DE  
PHILOSOPHIA ELEMENTAR  
RACIONAL E MORAL

Signalons dans une autre partie du monde ( o Brasil ) les Leçons de Philosophie Elementaires Rationnelles et Morales de José Seriano de Sousa, docteur en médecine, professeur au Gymnase Provincial de Pernambuco ( près de 600 pages de texte compact ; 1871 ). Cet ouvrage fut offert par son auteur à l'Empereur du Brésil Dom Pedro II. Franchement thomiste, il révèle à la fois une connaissance remarquable du mouvement philosophique et une parfaite possession des œuvres du grand docteur de l'Eglise. L'auteur interprète le plus sùr de la foi catholique.

Tous les séminaires de langue portugaise pourraient adopter ce manuel, car il serait difficile d'en trouver un autre qui lui fût supérieur par la précision et la rigueur avec lesquelles il déduit les principes fondamentaux de la doctrine thomiste.

( É uma apreciação de 1898, do sr. Dr. Ferreira Deasado - de Portugal - ). Vide Revue Neo-scholastique, paginas 440 e 441- volume V- 1898- .

( Vol. V é o todo dos fasciculos de 1898 )



BIBLIOTHECA DO ESTUDANTE DE PHILOSOPHIA

- Institutiones philosophicae.** Mathaci Liberatore. Romae, 1864.. 3 vol.  
**Théorie de la connaissance intellectuelle,** par le P. LIBERATORE. Tournai. 1865. . . . . 1 vol.  
**Da composé humain,** par le P. LIBERATORE. Lyon, 1865. . . . 1 vol.  
**Elementos de Filosofia especulativa,** segun las doctrinas de los escolasticos y singularmente de Santo Tomas de Aquino, por el Presbitero José Prisco. Madrid, 1866. . . . . 2 vol.  
**Curso de Filosofia elemental,** por el Presbitero JAIMES BALMES. Paris, 1858. . . . . 1 vol.  
**Manuel de Logique,** pour le baccalauréat, à l'usage des collèges catholiques, par l'abbé A. M. DENSA. Paris. 1855. . . . . 1 vol.  
**Institutiones philosophicae ad mentem divi Thomae tirorum usui,** per Sacerd. JOAN. BAPT. DE GEORGIO. Utini, 1865. . . . 1 vol.  
**Oeuvres philosophiques de Bossuet.** Paris, 1867.. . . . 2 vol.  
**La Philosophie de saint Thomas d'Aquin,** por C. JOURDAIN. Ouvrage couronné par l'Institut impérial de France. Paris, 1858. 2 vol.  
**Ethica seu philosophia moralis elementa,** auctore X. RUTTEN. Lovanii, 1808. . . . . 1 vol.  
**Cours élémentaire de Droit naturel à l'usage des écoles,** par le P. TAFARELLI D'AREGLIO. Tournai, 1863. . . . . 1 vol.  
**Prima principia scientiarum seu philosophia catholica juxta divum Thomam ejusque interpretatores, respectu habito ad hodiernam disciplinarum rationem,** auctore MICHAEL ROSSET. Parisiis, 1866. . 2 vol.  
**Précis de l'histoire de la Philosophie,** par DE SALINES et DE SCORBIAC. Paris, 1847. . . . . 1 vol.

PARIS. — TYP. SIMON RAÇON & COMP., RUE DE BRUYÈRE, 1.

LIÇÕES  
 DE  
**PHILOSOPHIA ELEMENTAR**  
 RACIONAL E MORAL

POR  
**JOSÉ SORIANO DE SOUZA**

DOUTOR EM MEDICINA,  
 CAVALLEIRO DA ORDEM DE S. GREGÓRIO MAGNO,  
 PROFESSOR DE PHILOSOPHIA NO GYMNASIO PROVINCIAL DE PERNAMBUCO.

Sapientia speciosior sole.  
 Sap., VII, 29.

PERNAMBUCO  
 LIVRARIA ACADEMICA  
 DE  
 JOAO WALFRÊDO DE MEDEIROS, LIVREIRO-EDITOR  
 79, RUA DO IMPERADOR, 79

106529

Direitos de reprodução reservados.

PARIZ. — VVA J.-P. AILLAUD GUILARD & C.

1871



96.  
10

TODOS OS EXEMPLARES ESTÃO POR MIM  
RUBRICADOS.

*A. H. Medeiros*

## PREFACIO

Summus philosophiae finis religio.  
(DESCARTES, *Epist.*)

Qual é em substancia e religiosamente fallando a questão fundamental e suprema que occupa hoje os espiritos? Não é outra senão a debatida entre os que admittem e os que negão uma ordem sobrenatural, certa e suprema, posto que inaccessible á razão humana. E se havemos de nomear as cousas pelos seus nomes proprios, a questão não é outra que aquella que se debate entre o *supernaturalismo* e o *racionalismo*. Militão deste lado incredulos, pantheistas, scepticos e racionalistas puros, e d'aquelle os christãos. Os primeiros, ainda os mais moderados, não deixão subsistir no mundo e n'alma humana outra cousa que a estatua de Deos, sua imagem ou sua sombra; os segundos crêm em um Deos vivo. (*Meditações e estudos moraes, Pref., p. II.*)

Estas palavras do protestante e douto publicista Guizot, debuxão fielmente o actual estado dos espiritos. Se agora accrescentarmos que a ultima consequencia logica do racionalismo, ou da independencia

absoluta da razão, é o *naturalismo*, isto é, o systema que exclue toda influencia da idéa do sobrenatural na direcção moral da humanidade, teremos que a luta de que nos falla o illustre escriptor se estabelece entre os que crêm na ordem sobrenatural e em sua influencia no destino das sociedades e os que negão.

Naturalismo e sobrenaturalismo, razão independente e fé humilde taes são portanto os termos da magna questão debatida na sociedade moderna, desde que ao grito da independência religiosa do seculo XVI, seguiu-se o da independência philosophica, escrevendo logo o patriarcha da moderna philosophia na primeira pagina de seu codigo «a razão humana é por natureza independente.» Desde então um espirito maligno e inimigo das crenças da humanidade parece querer destruir todas as cousas estabelecidas, assim na ordem politica, como na moral e intellectual.

Na ordem politica o naturalismo não admite a influencia do sobrenatural nas instituições sociaes. O poder deve nascer da vontade do maior numero, não precisa faze-lo descer do céu; a lei deve ser redigida como se não houvesse Deos, ou em outros termos, deve ser atheista; o Estado deve separar-se da Igreja; o Rei o deve ser por graça do povo, e não por graça de Deos. Eis aqui a synthese do naturalismo politico. D'aqui as lutas intentadas contra o Poder em nome da liberdade, e a dos Poderes da terra contra o Poder divino, e como consequencia natural a falta de respeito e amor á Pessoa sagrada dos Imperantes, os ungidos do Senhor. Então o Estado não é mais como uma grande

familia, nem os subditos como filhos, nem os monarchas como pais. Quando a intelligencia duvida da autoridade, ou a reputa um producto seu, o coração interiormente nega-lhe respeito.

Na ordem moral o que vemos? A razão proclamando uma *moral independente*. Independente de quem e de que? De Deos, e de sua divina sancção. Deixem-nos obrar pelo nosso livre arbitrio; eis aqui o primeiro postulado da moral atheista. Com taes principios não é maravilha o estado actual dos costumes, a relaxação das maximas, a demasiada liberdade de manifestar os pensamentos, a redução do direito ao facto material consumado, a conversão da autoridade na somma dos numeros e forças materiaes, o egoismo nos corações, e enfim esse detestavel cynismo com que na sociedade se sustentão as mais falsas e perniciosas doutrinas.

Na ordem intellectual a luta é propriamente entre a razão e a fé, a philosophia e a revelação. Pretende a razão, sem respeito a Deos, ser o arbitro unico do verdadeiro e do falso, do bem e do mal; ser a lei para si propria, e sufficiente por suas forças naturaes para alcançar o bem dos homens e dos povos. Declara-se fonte de todas as verdades religiosas, e consequentemente a regra soberana pela qual o homem póde e deve procurar o conhecimento de todas as verdades. Ousa declarar por inimiga a fé de Jesus Christo, e como inutil, e até nociva a revelação. Enfim, a philosophia, producto dessa razão, proclama que nem póde nem deve submeter-se a autoridade alguma!

Quando a razão humana delira de tal modo, logo o coração de todo se subverte, e irrisoriamente moteja a instituição dos sacramentos da Igreja de Jesus Christo, e os seus dogmas sagrados, aos quaes chama *crenças antiquadas*. Assim deploravelmente converte-se a *sciencia das cousas divinas e humanas* em synonymo de impiedade e respiradouro de odio contra o que todos os seculos tem venerado.

A razão mais reportada e menos pretenciosa contenta-se com ser igual á razão divina, e olha para a philosophia e a revelação como *duas irmãs immortaes*, procedentes de uma mesma fonte.

Sim, de certo a razão humana e a religião, a philosophia e a revelação ambas procedem da razão divina, *ambæ ab uno, eodemque immutabili veritatis fonte, Deo, Optimo, Maximo, oriuntur*; e assim reciprocamente se auxilião, *atque ita sibi mutuam opem ferant*. Mas quão desarrazoada seja aquella igualdade fraternal, facilmente se colhe de ser a religião pensamento divino, verdade eterna, invariavel e perpetua, e a philosophia pensamento humano, e como tal variavel e sujeito a paixões e erros. O pensamento humano, instrumento da philosophia, e a fé instrumento da religião são dons de Deos; mas nem por isto havemos de pôr a religião no mesmo pé de igualdade que a philosophia. Se o terem ambas sahido das dadas mãos de Deos fosse razão de as declararmos irmãs, então amplificando os laços da fraternidade deveramos, como Michelet, declarar os brutos nossos *irmãos inferiores*, porque nós como elles procedemos

de Deos, autor de todo ser. E eis que por ahi iria a presumida fraternidade parar no abominavel pantheismo! Não, a philosophia não póde ter o mesmo poder que a religião; aquella vem do homem e é obra de seu espirito; esta vem de Deos, e é obra de sua sabedoria e de seu amor. Não diremos que a philosophia é *escrava* da religião, porque aquella palavra é odiosa e violenta, mas porque não apellida-la serva affectuosa e humilde, discipula docil e obediente da religião?

A philosophia orgulhosa de nosso seculo, que proclama a autonomia absoluta da razão, e arrancando ao coração do homem o Deos que ahi vive pela fé, só lhe deixa a estatua ou a sombra desse Deos; ousa estender a mão ao homem, declarando-se unica conductora segura no arriscado caminho deste mundo. Mas quem não temerá o abysmo se não tem outra guia que a philosophia? *Cæcus si cæco ducatum præstet, ambo in foveam cadunt*. «Pobre philosophia, exclamava o incomparavel Bossuet, que vejo em tuas escholas se não contestações inuteis e interminaveis? Como queres que só me confie de ti, se es tão variavel e incerta, se tantas vezes tens cahido em erro! Quando me ponho a considerar no vasto e agitado mar das razões e opiniões humanas, não posso descobrir em tão grande estensão um só lugar, ainda que calmo e abrigado, que não seja celebre pelo naufragio de algum personagem illustre.» O accento e convicção das palavras desse poderoso genio, que tão alto subio sustentado na razão soberana de Deos, assás mostram o que pen-

sava daquella philosophia *emancipada e livre dos estorvos da fé*.

Como Bossuet tambem não nos fiamos dessa philosophia orgulhosa e chimerica, e a repellimos como a mais cruel inimiga das verdades necessarias ao genero humano.

Mas ao lado dessa philosophia, que tem por nome *racionalismo*, milita outra, que longe de repellir a revelação divina e as advertencias da religião de Jesus Christo, as abraça, ouve-lhe as lições, e faz suas delicias em trilhar o caminho que lhe aplanarão. Deste modo vê satisfeito o mais ardente desejo da razão, se correspondesse com o infinito, que faz sua nobreza e seu tormento; vê dilatado o campo de suas investigações, e sobraçada com a fé chega onde de per si não poderia ir; resolve as mais graves questões, acerca do homem, e goza da inappreciavel vantagem de conhecer facil e certamente que os raciocinios contem vicios, porque vão parar em conclusões *contrarias* aos dogmas.

Essa philosophia que sabe que a sciencia divina não offusca a sciencia humana, e que ao contrario esta se torna mais brilhante com os raios reflectidos d'aquella, *lumen scientiæ humanæ non offuscatur, sed magis clarescit per lumen scientiæ divinæ*; que persiste em querer ser guiada pela fé « que é como o telescopio da intelligencia, pois allonga o seu horizonte, e faz-lhe descobrir novos astros no céu do pensamento e da verdade » essa philosophia é a dos Doutores christãos, é a philosophia escolastica ou thomistica, que tantos e tão assignalados serviços prestou á causa da scien-

cia e da civilisação, e que durante cinco seculos illustrou os espiritos e formou os maiores genios dos tempos modernos.

Começando principalmente do seculo XIII brillou ainda no seculo XVII e parte do XVIII em Fénelon, Bossuet e Leibnitz. Esses tres philosophos, os maiores d'aquella epocha, ainda que na fórma pareção cartesianos, são na essencia discipulos de S. Thomaz; especialmente os dous ultimos nada mais são que exactos sequazes do incomparavel Doutor, que Massillon chamava *notre Docteur œcuménique*. Leibnitz, o grande Leibnitz em sua sabedoria e profundo bom senso reconheceo e confessou a utilidade e solidez da philosophia de S. Thomaz nestas palavras que gostosamente transcreveremos.

« Vejo que muitos sujeitos habeis estão persuadidos que se deve abolir a philosophia das Escolas, e substitui-las por outra; mas depois de haver bem ponderado tudo, penso que a philosophia dos antigos é solida e que é necessario servir-nos da dos modernos *para enriquece-la, porém não para destrui-la*. Sobre este particular hei tido varias contestações com cartesianos habeis, aos quaes hei demonstrado pelas mathematicas que não chegarão ao conhecimento das leis da natureza, e que para obter esse conhecimento é preciso considerar na natureza não só a materia senão tambem a actividade ou força... por cujo meio penso reabilitar a philosophia dos antigos ou da Eschola, da qual a theologia se serve com tanta utilidade, sem por isso derogar os descobrimentos modernos. Nossos mo-

dermos, diz em outra parte, não fazem bastante justiça a S. Thomaz, e outros grandes homens d'aquelle tempo, na doutrina dos quaes ha seguramente mais solidez do que imaginão... E até estou persuadido que se algum talento exacto e profundo se encarregar de declarar e dirigir as doutrinas delles, conforme o methodo dos geometras analyticos, encontrará lá um thesouro de verdades mui importantes e completamente demonstrativas. »

Nem é sómente até o seculo de Leibnitz e Bossuet que encontramos os reflexos da philosophia de S. Thomaz. Em nossos dias mesmos, onde está o philosopho notavel, em cujas obras não se ostentem ou pelo menos não requebrem os eternos principios sustentados e lucidamente expostos pelo autor das duas Summas? Rosmini, Raulica, Sanseverino, Liberatore, Pianciani e outros na Italia; Clemens e Klentgen na Allemanha; Balmés, Valdegamos e Zeferino Gonzales na Hespanha; Laforet e Rutten na Belgica podem servir de prova ao que dizemos. E porque não mencionaremos Cousin? Nas obras deste illustre philosopho a par de aberrações racionalisticas e pantheisticas, que recebera de Kant e seus discipulos, tambem se notão frequentemente reminiscencias de suas leituras da *Summa de Theologia*, a qual com justiça chamou « um dos maiores monumentos do espirito humano na meia idade, e que contem alem de uma alta metaphysica, um systema completo de moral e até de politica. »

Banida outra hora inconsideradamente das escho-las, para dar lugar á philosophia moderna, que Jouf-

froy um de seus coripheos, chama « un labyrinthe de rêveries, de contradictions, d'absurdités » a philosophia christã está em via de restauração, graças ás lições da experiencia, que nos tem mostrado que nunca a deveramos ter abandonado. Em vez de se conformarem com a velha maxima *inventis addere*, lei primaria de todo progresso razoavel, poserão-se os espiritos inquietos e amantes de novidades a demolir por seus fundamentos aquelle ingente e primoroso edificio, levantado pelos maiores genios do christianismo.

Mas, graças a Deos, que já vai passando a moda de chancear da philosophia escolastica, e os homens doutos que a não professão, pelo menos elogião e admirão esse corpo de philosophia regido em todas as suas partes por principios, que fazem dellas um só todo.

Já vemos, por duas vezes (1845 e 1856) a celebre Academia de sciencias moraes e politicas de França pôr em concurso essa philosophia, e premiar as melhores obras que a seu juizo se apresentarão sobre o programma dado; e um dos autores premiados francamente diz em seu estimado escripto: « Não occultaremos nossos sentimentos christãos nem nossa sincera admiração para com o Mestre illustre que foi na meia idade o mais autorizado interprete da fé catholica. Sem deprimir a philosophia actual, nem pretender, como alguém suspeitara, fazer retrogradar o espirito humano, não podemos comtudo resolver-nos a não fazer caso da *Summa de Theologia* e da *Summa con-*



*tra gentios*, e atira-las entre as obras caducas; pelo contrario cremos que ellas contem fecundos germens, ainda não esterilizados, e que podem dar fructos salutareos. (C. Jourdain, *La Philosophie de saint Thomas*, t. I.<sup>o</sup>.)

Vemos tambem todos os annos sahirem dos prélos da Italia, Franca, Hespanha, Allemanha e Belgica compendios redigidos conforme o espirito do Doutor angelico, e as obras deste serem reimpressas, traduzidas e commentadas em linguas vulgares.

Verdade é que ainda os ignorantes e bufões da sciencia têm algumas chanças de máo gosto e sedições rabularias com que acommettem essa philosophia, que ignorão, e da qual segundo elles, ninguem mais faz caso. Mas não está escripto que o nescio improperará aceremente... e dirá fatuidades, *Stultus improperebitur acriter... et fatua loquetur?*

Deixemos os nescios, e tenhamos como assentado no juizo dos doutos, que a maxima necessidade de nossos tempos, é a restauração da metaphysica christã, fundada por S. Thomaz no maravilhoso accordo das duas luzes do espirito humano, a razão e a fé. Só d'ali póde vir efficaz medicina dos males que deploramos na ordem politica, moral e intellectual. E a ninguem deve esse asserto parecer um paradoxo, pois se é certo, como observa um insigne philosopho romano, que as verdades particulares dependem das universaes que as contem, e que os rios sahem das fontes, não ha quem não esteja vendo a influencia da metaphysica nos demais estudos, e principalmente nos que se re-

ferem aos costumes e á sociedade humana... Assim que é uma verdade constante, que onde os espiritos estão pervertidos, ou compostos, ahí reina uma metaphysica viciosa, ou verdadeira.

Pela nossa parte convencido dessa verdade, e attendendo mais para o valor do fim, do que para a deficiencia de nossas forças temo-nos dedicado ao estado dessa metaphysica; e para vulgarisa-la, e incitar entendimentos de mór quilate ao seu estado publicamos, ha tres annos, o *Compendio de Philosophia, segundo os principios e methodo de S. Thomaz*, trabalho de que fomos liberalmente recompensados, tanto pelas gratuitas animações que recebemos de pessoas piedosas e doutas, quer ecclesiasticas, quer seculares, como tambem pelo benigno acolhimento que o nosso livro encontrou em algumas casas de educação.

É portanto animado desse consolador resultado, e tendo sempre em mira o supradito fim, que agora sahimos de novo com estas *Lições de Philosophia elemental, racional e moral*, que esperamos levarão vantagem ao *Compendio*, senão na essencia, porque nossas doutrinas não mudão, ao menos na fôrma, a qual nos parece quadrar mais com os usos actuaes do magisterio.

Até aqui a razão deste livro; agora algumas palavras ácerca de sua economia.

Estamos convencidos que a fôrma syllogistica nos livros didascalicos é de todas a mais vantajosa, porque habitua o espirito á precisão e ao rigor, obstando as divagações tão frequentes n'aquelles que principião

a estudar. Com essa fôrma menos rigorosa publicamos o *Compendio*; ahi se vêm divisões exactas, o estado da questão a discutir, principios formulados, definições precisas, proposições contendo summariamente a materia de cada tratado, demonstrações rigorosas da verdade das proposições, refutação completa das objecções que se lhe podem fazer. Eis aqui o methodo escolastico, cuja perfeição é insuperavel, e que procuramos seguir n'aquelle livro. Um escriptor tão insuspeito, quão notavel na philosophia moderna, Vicente Gioberti, comparou muito bem o actual systema de ensino em fôrma oratoria contrapondo-o ao antigamente seguido pelos escolasticos. Essa comparação, ainda que um pouco longa, deve ser citada; diz assim :

« Então o officio do professor consistia na interpretação de um compendio elementar, que expunha de modo claro, succinto e preciso os principios e as deducções fundamentaes das doutrinas. As lições erão diarias; o mestre declarava de viva voz, illustrava e explicava repetidas vezes o texto, accrescentando as explicações convenientes e accommodadas á capacidade dos alumnos. Estes erão interrogados a miudo; disputavão entre si sob a direcção do professor; acostumavão-se a dominar a materia, a penetrar-lhe o intimo, a considera-la por todas as faces; a distinguir os pontos fracos e obscuros de uma doutrina, a expôr com precisão e clareza seus conceitos, e nunca separar-se da logica na serie dos raciocinios. Esses exercicios parecerão por ventura pouco brilhantes, como hoje di-

zem, mas em troca erão solidos e fecundos. As escho-las regidas desse modo derão ao mundo engenhos vigorosos; dellas sahirão Dante, Galileo, Bacon, Bos-suet, Leibnitz, Newton, Lineu, Vico, Muratori e todos os nomes mais gloriosos da moderna idade. Hoje po-rem esse modo de ensinar é reputado ridiculo, pe-dantesco e intoleravel. Os professores illustres pensão envilecer sua eloquencia dando mais de uma ou duas lições por semana; fallão elles só durante a hora, e em estylo que geralmente não é modelo de elocução didascalica, posto que abundem em sentenças, ima-gens, epigramas, e recebem applausos do auditorio. Ai! d'aquelle que ao descer da cadeira não fôr aco-lhido com uma salva de bravos, e tiver de sahir silen-cioso da aula! Dos ouvintes poucos entendem o mes-tre, muitos o escutão, todos o applaudem. Aquelles poucos tomão ás carreiras em um pedaço de papel os pontos principaes do discurso, e sabe Deos a exacti-dão com que fazem essa especie de resumo jovens inexpertos, impacientes, que não conhecem a mate-ria, que a ouvem pela primeira vez e que não podem aprende-la, e ainda menos digiri-la na primeira in-tenção. A isto se reduz em substancia a utilidade de taes sessões, pois a turba dos ouvintes costuma sa-hir da aula tão as escuras como entrou; e com qua-renta ou cincoenta lições annuaes por esse estylo se aprende uma sciencia e se lanção as bases de uma ce-lebridade futura. »

É de conformidade com essa pratica que os mo-dernos compendios de philosophia são redigidos em

estilo ciceronico, onde abundão divagações e palavras inuteis.

Sem embargo, agora também pensamos dever sacrificar um pouco ao idolo do uso, redigindo estas *Lições* em estylo commum. Pessoas entendidas e experientes nos tendo dito já por escripto, e já de viva voz, que não sacrificassemos o *fundo á forma*, e que se as doutrinas de nosso *Compendio* fossem expostas na fôrma usual produzirão maiores bens, porque facilitarão sua leitura a maior numero de pessoas, e finalmente que se houvessemos de publicar outro livro experimentassemos, assentamos tomar o conselho. Eis aqui porque este escripto vai a modo de lições, nas quaes todavia não foi esquecido o raciocinio.

Procuramos ser conciso e breve, se o conseguimos ou não decidirão os doutos que nos fizerem a honra de ler. Mas o que não nos poderão contestar, é que todos os pontos do actual programma do ensino da philosophia estão tratados, e pela genuina e verdadeira doutrina dos grandes mestres. E não só os discutimos conforme essas doutrinas, senão que fomos comparando estas com as dos mais celebres philosophos dos tempos modernos, de sorte que o joven alumno adquirindo os bons principios, ficará também conhecendo o summario dos varios systemas de philosophia antiga e moderna. Por esse modo cremos ter dado ao nosso livro toda a possivel actualidade. E disto se convencerá o leitor pela simples inspecção do indice das materias.

Pede a justiça litteraria que agora mencionemos os autores que nos auxiliarão com suas luzes, na confecção deste livro, já que de todos não fizemos menção nas paginas do mesmo, por não torna-las sobre-carregadas de citações. Esses autores são os que estão em outra parte declarados sob o titulo de *Bibliotheca do estudante de philosophia*. Como muito nos servirão, e estão servindo, os aconselhamos aos estudantes como os melhores para consultar no estudo.

Jovens estudantes de philosophia, em vossas lucubrações tende sempre presente que a religião se não cria talentos, desenvolve e tempera os que a natureza dá. A religião salvou a civilisação da barbaria, e creou as sciencias nas nações christãs; só ella póde pois nos conservar na civilisação. A religião interessará sempre a intelligencia e ao coração humano, porque tem com o homem inteiro, com suas faculdades intellectuacs e sensiveis, com seus deveres, até com suas paixões, com o seu destino presente e futuro a mais intima e universal relação. Só a ella compete dizer a ultima palavra sobre o principio e o fim do homem, questão maxima da philosophia, assim como sobre os meios de attingir a aquelle fim; e a philosophia que não quizer ser inimiga do homem, deve esforçar-se por conduzi-lo directamente ao seu destino. Por esse modo vem a philosophia, como dizia Descartes, a não ter verdadeiramente outro fim que a religião; *Summus philosophiae finis religio*.

LIÇÕES  
DE  
PHILOSOPHIA ELEMENTAR  
RACIONAL E MORAL

---

LIÇÃO PREAMBULAR

DA PHILOSOPHIA EM GERAL \*

SUMARIO. — 1. O estudo da Philosophia deve começar pelas generalidades desta sciencia. — 2. A Philosophia tem tido muitas definições. — 3. Sua definição nominal. — 4. Sua definição real. — 5. Provas da existencia da Philosophia. — 6. Porque só imperfeitamente podemos saber a Philosophia. — 7. Do verdadeiro objecto da Philosophia. — 8. A universalidade e unidade característicos dessa sciencia. — 9. A Philosophia a mais util e excellente das sciencias racionais. — 10. Ella é necessaria ao estudo das sciencias sociaes, juridicas e economicas e até á mesma religião. — 11. Relações de dependencia das sciencias racionais a respeito da Philosophia. — 12. Subordinação da Philosophia á Theologia revelada. — 13. O pantheismo ou o atheismo consequencia da negação d'aquella subordinação. — 14. Refutação dos erros dos racionalistas neste particular. — 15. Como se divide a Philosophia. — Porque o seu estudo deve começar pela Logica.

1. Encetando um curso elementar de Philosophia, é natural que antes de estudar em particular os pontos dessa sciencia, occupemo-nos do que de mais geral se pôde dizer sobre ella. Adstrictos a esse dictame da razão, tomaremos para assumpto da lição de hoje a *natureza*, e *existencia* da Philosophia, o seu *objecto*, a sua *primazia* e *utilidade* a respeito das outras sciencias, e finalmente a sua *divisão* e por qual *de suas partes* havemos de começar o seu estudo.

2. A natureza de uma coisa se declara definindo-a, como logo sabereis; por tanto, para que conheçamos a natureza da Philosophia, preciso é defini-la. O que é pois a Philosophia? São innumeráveis as definições que lhe dão os autores antigos e modernos. Uns tomão por seu objecto o que lhe não pertence, outros não abrangem esse objecto em toda sua extensão real. D'ahi a grande diversidade das definições, e bem assim o desapeço em que alguns tem a Philosophia, pois não falta quem conclua dessa discrepância que não existe a coisa que a palavra é destinada a significar.

3. A Philosophia se define nominal e realmente. A sua definição nominal é mui conhecida, se diz que é o amor da sabedoria.

Ao fundador da escola italica devemos o nome de Philosophia ou a definição nominal desta sciencia. Refere Cícero, que Leão, rei dos Feliacos, admirado do saber e eloquencia de Pythagoras, lhe perguntára que sciencia professava, e que elle respondera que nenhuma sabia, e era simples *Philosopho*, isto é, amante da sabedoria, pois é aquella palavra formada de dous radicaes gregos — *philos* e *sophia*, que querem dizer — *amante da sabedoria*. Desde então, os homens dedicados ás altas investigações das cousas não se nomearão mais, como d'antes, *sophos*, isto é, sábios, senão *Philosophos*. Quanto a sua acceção etymologica é pois a Philosophia o amor da sabedoria.

4. Pelo que respeita porem á coisa que aquelle termo significa, isto é, quanto á definição real da Philosophia, diremos que é a sciencia natural, certa e evidente das cousas por suas ultimas razões. Vamos agora á explicação.

Ha duas sortes de conhecimento, um espontaneo, superficial e de facto, outro reflectido, aprofundado e causativo. Pelo primeiro sabemos as cousas ignorando as suas ultimas razões, assim como a natureza do nosso conhecimento; o segundo não só nos-las faz conhecer, mas tambem, nos dá a sciencia da natureza do nosso conhecimento. Aquelle é o conhecimento commum a todos os homens, denominado com exactidão vulgar; este é o conhecimento particular a certas pessoas, é o conhecimento scientifico, e a elle pro-

## DA PHILOSOPHIA EM GERAL

priamente chamamos Philosophia; quem o possui é philosopho. Os termos *natural* e *evidente* empregados na definição extremão a Philosophia da Fé, que é um conhecimento sobrenatural e essencialmente inerente.

5. Mas existirá semelhante sciencia? A cada um de nós attesta a propria consciencia a existencia de um natural desejo de saber o porque das cousas, desejo que não se satisfaz e descança antes que o descubra. Esse facto interno encontra uma confirmação exterior no que observamos nos meninos, os quaes, a medida que sua intelligencia vai desenvolvendo-se, de tudo que conhecerem facilmente perguntão o porque; e se não contentão com lhes dar-mos uma primeira razão, seguem indagando o porque do porque. Ora, esse sentimento natural pôde ser não poucas vezes satisfeito, adquirindo a razão o conhecimento evidente das ultimas razões ou porques das cousas. Mas esse conhecimento constitue a Philosophia, logo esta sciencia existe.

6. Entretanto não pôde ella ser perfeitamente sabida do homem, pois muitas cousas ha que não podemos conhecer com certeza e evidencia por suas causas, por effeito já da natural fraqueza do nosso entendimento, que decaio muito de seu primitivo poderio, em virtude do peccado original, já pela curteza de nossa vida, e já finalmente por sabia disposição de Deos, que quiz ignorassemos muitas cousas. D'onde concluímos que o nosso conhecimento philosophico é de si imperfecto. Fiquemos portanto sabendo desde logo, que um dos mais uteis resultados a que nos conduz a Philosophia, é o conhecimento scientifico de nossa ignorancia em muitas cousas. No sentir de Lactancio, a verdadeira Philosophia nos ensina, que nem devemos crer que sabemos tudo, o que só a Deos compete, nem que não sabemos nada, o que só é proprio do bruto; entre esses dous extremos ha um meio termo que compete ao homem, é a sciencia temperada da ignorancia: *Ubi ergo sapientia est? Ut neque te omnia scire putes, quod Dei est, neque omnia nescire, quod pecudis. Est enim aliquid medium, quod sit hominis, id est, scientia, cum ignoratione conjuncta, et temperata.* (Inst., l. III, c. vi.)

7. Eis assáz sobre a natureza e existencia da Philosophia. Agora vejamos qual seja o seu objecto. Não tinha outr'ora a nossa sciencia um objecto proprio e determinado. Sob a vaga denominação de *amor da sabedoria*, abrangião os antigos as altas especulações sobre todas as sciencias. Os reformadores modernos, buscando determinar esse objecto, o limitarão ao espirito humano, provindo d'ahi que depois de Descartes ficou toda a Philosophia reduzida a um esteril *psychologismo*, sendo de notar que para semelhante effeito não concorreo pouco posteriormente a eschola escoceza.

Da definição que temos dado da Philosophia, já podemos colher qual o seu verdadeiro objecto: são as razões ultimas e absolutas de tudo o que o homem pôde naturalmente saber. Essas razões ultimas são de duas ordens: umas *limitadas e relativas* a um genero de assumpto, as quaes contem os principios especiaes de certa materia; outras *ilimitadas e absolutas*, e abrangem por isto mesmo tudo quanto o homem pôde saber. O objecto da Philosophia são essas razões ultimas absolutas. D'ahi o definir Aristoteles a Philosophia, o conhecimento das primeiras e mais altas causas das cousas: *Sapientia est cognitio primarum et altissimarum causarum*. (*Metaph.*, l. I.) Pela mesma razão disse o philosopho romano que a Philosophia é a sciencia das cousas divinas e humanas e das causas que as contem: *Rerum divinarum et humanarum, causarumque, quibus hæ res continentur, scientia*. (*Cic.*, *De Officiis*, l. II.)

Se depois de termos considerado em si mesmas essas razões, as estudamos com applicação a uma materia especial, v. g. ao direito, á historia, etc.; com o fim de ordenar e unificar os conhecimentos que se lhes referem, buscando reduzi-los ás suas ultimas razões respectivas, já então não temos mais a Philosophia propriamente dita, senão uma philosophia especial, a *philosophia do direito*, a *philosophia da historia*, etc. Cada sciencia propriamente dita é portanto uma philosophia, mas não a Philosophia.

8. Dous caracteres acompanhão sempre a Philosophia, e mediante elles a podemos distinguir de qualquer sciencia especial. Esses caracteres são a *universalidade* e a *unidade*.

Por quanto sendo o objecto de nossa sciencia o conhecimento das ultimas razões das cousas, e de tudo o que é podendo-se indagar as ultimas razões, segue-se que a nossa sciencia estende-se a tudo quanto não transcende ás forças de nosso natural discurso, o qual é o instrumento dessa sciencia: logo ella é universal. Nem essa qualidade destrói a sua unidade, pois lhe sendo natural estudar os entes só em suas ultimas razões, desse *unico* e especial aspecto sob que os estuda tira ella a sua unidade. É por tanto a mais ampla de todas as sciencias, sem deixar de ser ao mesmo tempo determinada.

9. Do antecedentemente dito já podemos inferir quão excellente e util seja a Philosophia, e que relações sustenta com as outras sciencias. Não ha autor que professando uma sciencia não encareça e sublime a sua primazia e utilidade; mas é facto que, bem ponderadas as cousas, nenhuma existe que nesses predicados possa correr parêlhas com a Philosophia. Por este motivo os mais afamados sabios da antiguidade lhe tributarão de commum acordo merecidos elogios. Cicero, fazendo-se interprete de todos, dizia: « Ha cousa que seja tanto para desejar-se como a sabedoria? Que seja mais nobre, mais excellente e de mór proveito aos homens? Logo quem vai atraz della tem o nome de philosopho, e nem a Philosophia quer dizer outra cousa se lhe interpretarmos o sentido, senão amor da sabedoria. »

É ella com effeito a primeira das sciencias naturaes e de todas a mais util. Que é a primeira se infere de sua mesma natureza, pois sendo a sciencia das ultimas razões das cousas, das razões absolutas de quanto pôde o espirito humano conhecer, no que se differença das outras sciencias, que só investigão as ultimas razões de sua respectiva materia, claro é que tem a primazia a respeito de todas.

A unidade indivisivel dos conhecimentos humanos nos confirma nesse juizo. De facto, estão todas as sciencias de tal sorte connexas, que nenhuma ha que seja absolutamente independente das outras; e as razões ultimas de cada uma só o são a respeito da materia de que trata, de sorte que ficão todas dependentes das razões ultimas absolutas de uma sciencia mais geral e sublime que contem a ultima ex-



plicação e serve de fundamento ás razões inferiores. Ora, essa sciencia é a Philosophia, logo é ella a sciencia primeira ou a *protologia*. A influencia necessaria que a Philosophia exerce em todas as sciencias, é uma prova de facto de sua excellencia. Reima em verdade uma secreta harmonia entre as sciencias de uma certa epocha e o espirito philosophico dominante na mesma. Este facto é reconhecido por varios observadores. Todo o direito social do seculo passado é uma viva imagem do sensualismo que dominava na provincia da Philosophia.

Pelo que respeita á utilidade dessa sciencia, facil é prova-la. Tem o homem duas faculdades especificas : o entendimento e a vontade. Aquelle tende naturalmente a conhecer a razão e o porque das cousas, e a Philosophia é a sciencia adequada para satisfazer essa natural inclinação do espirito humano ; não pôde pois haver sciencia mais util do que ella. Cultivando o entendimento e conduzindo-o á sua perfeição, a nossa sciencia cultiva tambem a vontade, estudando a natureza dessa faculdade, e ensinando o verdadeiro fim para onde deve tender, e cuja posse faz a sua perfeição. Ora, pôde haver nada tão util ao homem como conhecer o fim de suas operações voluntarias, já que é desse conhecimento que elle tira as regras de bem viver como homem particular e publico? Não é pois sem muita razão que o autor das *Tusculanas*, depois de ter cantado um entusiastico hymno em louvor da Philosophia, accrescenta que, o philosopho que vive mal é tanto mais detestavel quanto a sciencia em que se dá por mestre, é a sciencia de bem viver : *Philosophia in ratione vitæ peccans hoc turpior est, quod in officio, ejus magister esse vult labitur, artemque vitæ professus, delinquit in vita.*

10. Se a Philosophia é necessaria á moral, como acabamos de ver, claro é que ha de ser utilissima ás sciencias juridicas, sociaes e economicas que da moral dependem. Pelo que não é possivel adquirir aquellas sciencias, e cultivá-las com bom fructo, sem o previo conhecimento da Philosophia, chave de todas ellas. E nem é só a essas sciencias que a Philosophia serve; a religião não se utiliza pouco de seu prestimo, já demonstrando evidentemente os pream-

bulos da fé, como a existencia de Deos, sua unidade e outros attributos absolutos, já illustrando as mais sublimes verdades dogmaticas por meio de símiles tirados da natureza, já rebatendo os ataques cavillosos dirigidos contra a fé, e já finalmente provando que nenhuma verdade natural pôde estar em contradicção com o que ensina a mesma fé. Todos esses misteres da Philosophia exhibidos por S. Thomaz (*Super Bætiæm de Trinit.*, q. 2 a 5, e *Contr. Gent.*, l. I, c. viii e ix), forão comprehendidos por S. Agostinho nestas breves palavras : *Fides... per scientiam gignitur, nutritur, defenditur et roboratur.* (*De Trinit.*, l. XIV, c. 1, w. 3.) *Gignitur* pela demonstração das verdades que são os preliminares da fé; *nutritur et roboratur* pela gravidade das razões que as declaram e tornão intelligiveis; *defenditur* confutando os sophismas com que os incredulos e hereticos impugnão a religião.

11. De quanto fica dito podeis já saber qual a natureza das relações que a Philosophia mantem com as outras sciencias naturaes. Dominando a todas pelos principios universalissimos, e ultimas razões que penetrão e vivificão a variedade innumeravel de nossos conhecimentos, as relações destes para com a Philosophia tem o caracter de *dependencia* ou de subordinação. Não ha sciencia sem principios, e já vimos que os de todas as sciencias particulares dependem da Philosophia; todas ellas suppoem a distincção fundamental entre o certo e o incerto, e é a nossa sciencia quem lhes subministra o criterio da certeza; nenhuma existe sem methodo, e as leis deste lhes são dictadas pela Philosophia; enfim qualquer sciencia para elevar-se a sua dignidade necessita da previa solução da magna questão do ultimo fim do homem, para que possa ser cultivada pelo mesmo homem não como um fim, se não como um meio de alcançar o ultimo fim de maneira digna e conforme á sua natureza. Ora, só á Philosophia compete aquella solução.

12. Adverti porem que a dependencia de que temos fallado não é absoluta, mas limita-se ao dominio das sciencias puramente racionais, pois se compararmos a Philosophia com a Theologia, havemos de dizer que esta é a todos os respeitoos superior áquella. Com effeito, duas cousas de-

veremos considerar em uma sciencia para conhecer sua superioridade comparativamente á outra. Uma é a dignidade do objecto de que trata, outra é o grão de certeza do conhecimento desse mesmo objecto. Ora, sob esse duplo aspecto é a Theologia revelada superior á Philosophia. Pela dignidade do objecto, porque se o da Philosophia são as verdades naturaes perceptíveis á luz da razão, o da Theologia são as verdades sobrenaturaes que transcendem a capacidade da razão, e só podem ser percebidas pela luz da fé. *Sicut sacra doctrina fundatur super lumen fidei, ita philosophia super lumen naturale rationis.* Pelo grão de certeza, porque ao passo que a Philosophia recebe a sua certeza da luz natural da razão humana, que póde errar, a Theologia recebe a sua da autoridade de Deos, que é absolutamente infallível.

13. Dependendo originariamente a razão humana da razão de Deos, que conclusão mais legitima e natural do que a subordinação da Philosophia á Theologia? Para negal-a fora mister ou identificar a razão humana com a razão divina, ou dizer que não ha razão mais nobre que a do homem; no primeiro caso teriamos o *pantheismo*, no segundo o *atheismo*. Por consequencia ou havemos de professar um desses dous absurdos, ou admittir duas ordens de verdades, e consequentemente dous meios de conhece-los, a razão e a fé, e portanto a subordinação da d'aquella a esta.

14. Existe em Allemanha e França uma eschola philosophica que em nome de uma mal entendida liberdade de pensar, nega a dependencia de que fallamos, repelle da Philosophia a autoridade da revelação, e a proclama de todo independente da religião. Por incrível ardileza de pensar Cousin, cabeça em França da supradita eschola, ensina que « a crença religiosa só é respeitavel na infancia do genero humano e no berço das sociedades nascentes » e d'ahi define a Philosophia « a reflexão emancipada e inteiramente livre dos laços da autoridade, e só fundando em si a investigação da verdade. » (No pref. do *Manual de hist. de Philosoph.* de Tennemann, p. 2.) Ena ultima de suas obras diz ainda, para significar a absoluta soberania da razão humana « que ou a Philosophia não existe, ou é a ultima explicação de todas as cousas. »

Tão desasistada maneira de pensar se baseia na falsa supposição de repugnancia entre as verdades da revelação e as da razão natural. Mas a revelação, objecto da fé, e a razão natural não têm ambas a Deos por autor? Não são como dous raios emanados de um mesmo foco de luz indefectível? Como poderão pois estar em contradicção? Poderá jamais a verdade contradizer a verdade? Das verdades propostas pela revelação umas estão ao alcance da razão natural, outras a transcendem. As primeiras não podem estar em opposição com a razão, já que esta póde attingi-las, as segundas, denominadas *mysterios*, jámais poderá a razão attingi-las, e por isso mesmo não lhes póde descobrir repugnancia intrinseca, visto que para este effeito seria preciso conhecesse perfeitamente o sujeito, o attributo e a copula que os une, e a propria natureza do mysterio impossibilita esse conhecimento. Póde a razão natural demonstrar que existe Deos, que a sua autoridade é infallível; que a revelação era não só absolutamente possível, senão tambem moralmente necessaria ao homem, e que essa revelação existia. E desde logo como será possível que a razão, sem contradizer-se, repella a revelação como antepphilosophica e anachronica? Deixemos pois de parte as vãs declamações de uma razão irreportada, e tenhamos como certo que a liberdade de philosophar só tem um obstaculo serio, é o erro, effeito de falsos raciocinios ou de preocupações infundadas. Aristoteles, ainda que pagão, ensina que o homem deve trabalhar quanto póde por elevar-se ao que é immortal e divino. (*Ethic.*, I, X, c. vii). E nós é que havemos abandonar a razão divina, fonte de toda a verdade, pelo falso supposto de que a nossa razão perde em sua dignidade? Não, a dignidade da razão está em ella alcançar a verdade pela sciencia, e o brilho desta longe de offuscar-se com a luz da sciencia divina, faz-se mais fulgurante, como adverte S. Thomaz: *Lumen scientiæ non offuscat, sed magis clarescit per lumen scientiæ diviniæ.* Demorai vossa attenção nestas outras palavras do mesmo sabio; ellas são como o resumo de quanto temos dito sobre as relações da razão e da fé: *Dicendum quod homo, dum credit, rationem non abnegat; quasi contra eam faciens, sed, eam transcendit,*



*altiori de rigente inmixus, scilicet Veritate prima, quia ea, quæ Fidei sunt, etsi supra rationem sunt, tamen non sunt contra rationem. Ea autem, quæ supra hominem sunt, querere non est vituperabile, sed laudabile, quia homo debet se erigere ad divina quantumque potest, ut dicit Philosophus. (Sent., 1. III, dist. xxiv, q., 1 a 3).* Lede Leibnitz, Discurso sobre a conformidade da fé com a razão, e vereis quão exactamente pensava esse illustre philosopho sobre essa questão.

15. A divisão da Philosophia e a ordem que devemos seguir em seu estudo, é o que nos resta tratar. As divisões na sciencia são operações artisticas, pelo que sempre se lhes descobre alguma cousa de arbitrario. D'ahi a variedade das divisões que os doutos têm dado da Philosophia. Sem embargo é certo, que devem ellas ter o seu fundamento na natureza do objecto da sciencia. O conhecimento scientifico dos entes é, como vimos, o objecto da Philosophia; ora, relativamente a nós pôde o ente ser considerado quer como termo do entendimento, e sob esse respeito se chama *verdadeiro*, quer como termo da vontade, e é então dito *bom*. D'ahi a mais geral das divisões da Philosophia, a que a reparte em *especulativa e pratica* ou em *racional e moral*. Aquella perscruta o ente em quanto verdadeiro, e esta em quanto bom. A parte especulativa se subdivide em duas outras que são a Logica e a Metaphysica. Esta se subdivide ainda em Ontologia, Psychologia e Theologia natural. *Logica*, *Ontologia* ou metaphysica geral, *Psychologia*, *Theologia natural* e *Moral* são as cinco partes em que dividimos a Philosophia.

16. E agora por qual dellas havemos de começar o nosso estudo? Foi e é ainda invariavel pratica para todos os bons philosophos abrir o estudo da Philosophia pela logica. A esse modo de proceder, nos conformamos nós, por ser elle racional. É condição do espirito humano não poder adquirir a verdade senão discorrendo do conhecimento de uma cousa para o de outra; ora, é Logica quem ensina a discorrer com ordem na investigação das cousas; logo deve ella preceder a todas as outras partes da Philosophia. Como procederíamos nestas se já não soubessemos o processo natural

da razão? O modo de saber, é como observa S. Thomaz, naturalmente anterior ao mesmo saber: *Oportet primo scire modum scientiæ, quam scientiam ipsam.* « Como poderá a razão, diz S. Agostinho, passar a construir alguma cousa sem antes distinguir, observar e dirigir as regras e os preceitos da razão, que são como os instrumentos de que a mesma razão se ha de servir, formando assim a arte chamada *Dialectica*? É na verdade a *Dialectica* quem nos ensina a aprender, nos manifesta o que a razão é em si, o que quer e o que pode » Aquelles que começam a Philosophia pela Psychologia vão pois tão acertados como quem vai em busca de uma cousa sem lhe saber antes o caminho e o modo de achá-lo. Depois da Logica, a parte da Philosophia que nos dá noções mais necessarias á comprehensão das cousas é sem duvida a Ontologia. Por isto a estudarmos logo depois da Logica, em seguida trataremos da Psychologia, da Theologia natural, e por fim da Moral, que é a corôa de toda a Philosophia.

Ou a Igreja, ou a escravidão; o dilemma é brutal, mas é verdadeiro. Com effeito, ou Deos reina sobre o homem, ou o homem reinará sobre o homem, e esta é a formula clara da escravidão pagã. Nas nações imperfeitamente christãs a escravidão será temperada pelo sentimento christão, mas sem embargo a escravidão da Igreja será sempre para o Estado uma raiz fecunda de escravidão social. (Audisio, *Dir. Publ. da Igreja e das nações christãs*, l. III, tit. 1, §§ 4, 5.) Podeis ver essa verdade amplamente confirmada na obra do protestante Guizot, intitulado: *A Igreja e a sociedade christã*.

228. Em conclusão, *união sem confusão, distincção sem separação*, eis a formula geral expressiva das relações da Igreja com o Estado.

## DECLARAÇÃO DO AUTOR.

Sujeito estas *Lições de Philosophia* ao juizo indefectivel da Santa Igreja Romana, isto é, á correcção do Soberano Pontifice, Pai e Mestre infallivel de todos os christãos; e com elle digo, e tenho como verdade « que é obrigação rigorosa, quer do philosopho, que deseja ser filho da Igreja, quer da mesma philosophia, não dizer nada contra o que a Igreja ensina, e retractar-se desde que Ella o adverte; e bem assim que inteiramente erronea e soberanamente injuriosa á Fé á Igreja, e á sua autoridade a doutrina que ensina o contrario disto. « *Et omni philosopho, qui Ecclesiae filius esse velit, ac etiam philosophiae officium incumbit nihil unquam dicere contra ea, quae Ecclesia docet, et ea retractare de quibus Ecclesia monuerit. Sententiam, quae contrarium edocet omnium erroneam, et ipsi fidei, Ecclesiae ejusque auctoritate vel maxime injurias esse dicimus et declaramus.* » (Let. Apost. *Gravissimas*, de 11 de Dezembro de 1862.)

FIM.

## INDICE DAS MATERIAS

PREFACIO . . . . .

## LIÇÃO PREAMBULAR. — DA PHILOSOPHIA EM GERAL.

SUMARIO. — 1. O estudo da Philosophia deve começar pelas generalidades dessa sciencia. — 2. A Philosophia tem tido muitas definições. — 3. Sua definição nominal. — 4. Sua definição real. — 5. Provas da existencia da Philosophia. — 6. Porque só imperfeitamente podemos saber a Philosophia. — 7. Do verdadeiro objecto da Philosophia. — 8. A universalidade e a unidade caracteristicos dessa sciencia. — 9. A Philosophia a mais util e excellente das sciencias racionais. — 10. Ella é necessaria ao estudo das sciencias sociaes, juridicas e economicas e até á mesma religião. — 11. Relações de dependencia das sciencias racionais a respeito da Philosophia. — 12. Subordinação da Philosophia á Theologia revelada. — 13. O pantheismo ou o atheismo consequencia da negação d'aquella subordinação. — 14. Refutação dos erros dos racionalistas neste particular. — 15. Como se divide a Philosophia. — 16. Porque o seu estudo deve começar pela Logica. . . . . 4

## PRIMEIRA PARTE. — LOGICA.

## Lição I. — DA LOGICA EM GERAL.

SUMARIO. — 1. Definição da logica. — 2. Qual seja o seu objecto; objecto material e objecto formal de uma sciencia. — 3. Divisão da logica em artificial e natural. — 4. Se a logica é sciencia ou arte. — 5. Distincção e relação da logica com as outras sciencias. — 6. Utilidade da logica; opinião de Leibnitz sobre essa utilidade. . . . . 12

## Lição II. — DOS TERMOS MENTAES E ORAES.

SUMARIO. — 7. Porque a logica começa pelo estudo dos termos. — 8. Da natureza do conceito ou verbo mental. — 9. Porque se denomina termo mental. — 10. Do termo oral, expressão do termo mental. — 11. O que é . . . . . 35

terio intuitivo e abstractivo. — 12. Termos claros e obscuros, distinctos e confusos, adequados e inadequados. — 13. Dos termos concretos e abstractos; notavel propriedade destes termos. — 14. Termos complexos e incomplexos. — 15. Transcendentes e não transcendentos. — 16. Universal, singular, colectivo e distributivo. — 17. Unívoco, equivoco e analogo. — 18. Dos termos universaes, da natureza do universal. — 19. O que é comprehensão e extensão de um termo ou de uma idéa. — 20. Quantos são os universaes. — 21. O que é espécie, genero, differença, propriedade e accidente. — 22. Da subordinação dos generos, especies e differenças. — 23. Arvore de Porfírio. . . . . 1;

#### LIÇÃO III. — DA DEFINIÇÃO, DIVISÃO E SUAS RESPECTIVAS LEIS.

SUMARIO. — 24. Definição e divisão, meios logicos de saber. — 25. O que é definição. — 26. Definição nominal e real. — 27. A nominal é de tres modos. — 28. A real é descriptiva, ou causal ou essencial. — 29. A definição essencial metaphysica é de todas a mais perfeita. — 30. Ha noções que não podem ser definidas nem precisão ser. — 31. Leis da boa definição. — 32. O que é a divisão. — 33. Tres especies de divisão. — 34. Leis da boa divisão. . . . . 27

#### LIÇÃO IV. — DA PROPOSIÇÃO CONSIDERADA EM SI.

SUMARIO. — 35. O que é proposição. — 36. Elementos constitutivos da proposição. — 37. O verbo ser, essencial á proposição, pôde ser empregado substantiva ou copulativamente. — 38. Considera-se a proposição em seus elementos, em sua quantidade, forma, e qualidade. — 39. Proposições modaes, são necessarias, contingentes, possíveis e impossíveis. — 40. Pela quantidade a proposição é universal, singular, particular e indefinida. — 41. Se as proposições indefinidas são universaes. — 42. Pela forma divide-se em affirmativa e negativa. — 43. Propriedades da affirmação e da negação. — 44. Pelo objecto a proposição divide-se em verdadeira e falsa. — 45. Proposição simples e composta. — 46. Varias especies de proposições compostas. . . . . 32

#### LIÇÃO V. — DA PROPOSIÇÃO CONSIDERADA EM SUAS PROPRIEDADES.

SUMARIO. — 47. Propriedades da proposição, opposição, equipolencia, conversibilidade. — 48. O que é opposição e de quantas especies seja. — 49. Se nas subcontrarias ha verdadeira opposição. — 50. Nas subalternas não ha opposição. — 51. Porque as contradictorias não podem ser a um tempo verdadeiras e falsas. — 52. Propriedade das contrarias. — 53. O que é equipolencia e de quantas especies. — 54. Em que consiste a conversão, e de quantas especies seja. . . . . 38

#### LIÇÃO VI. — DO RACIOCÍNIO EM GERAL, E PARTICULARMENTE DO SYLLOGISMO.

SUMARIO. — 55. Em sentido generico syllogismo é synonymo de raciocínio. — 56. Definição geral do raciocínio; dous modos de raciocinar, a deducção e a indução. — 57. Como se construe o syllogismo; definição desse modo

de raciocínio. — 58. Principios fundamentais do syllogismo. — 59. Termos do syllogismo. — 60. Distinção entre consequente e consequencia. — 61. Da materia e forma do syllogismo, como este pôde passar da terceira e não na forma, e vice-versa. — 62. Os tres termos reais do syllogismo, como se ha de entender o termo syllogístico. — 63. Invenção do meio termo. — 64. Leis do syllogismo; razão de cada uma dellas. — 65. Reducção dessas leis. . . . . 42

#### LIÇÃO VII. — DAS FIGURAS E MODOS SYLLOGISTICOS. — ESPECIES E FORMAS DO SYLLOGISMO.

SUMARIO. — 66. O que é figura syllogistica. — 67. Quantas são as figuras. — 68. Explicação das mesmas. — 69. O que é modo syllogístico, e quantos podem haver. — 70. Os dezanove modos chamados utras. — 71. O syllogismo composto; ha delle tres especies. — 72. Syllogismo conditional ou hypothetico. — 73. Syllogismo disjunctivo. — 74. Syllogismo copulativo. — 75. Seis formas de raciocínios redutíveis a syllogismo. — 76. Enthymema, o que é. — 77. Sorites, o que é. — 78. Epichierema o que é. — 79. Prosyllogismo. — 80. Bilemma. — 81. Exemplo. Demonstração e suas especies. . . . . 50

#### LIÇÃO VIII. — DA INDUÇÃO, ANALOGIA E HYPOTHESE.

SUMARIO. — 82. Se a indução é essencialmente diversa da deducção. — 83. O que é a indução; sua utilidade nas sciencias physicas. — 84. Divisão da indução em completa e incompleta. — 85. Ambas são capazes de produzir a certeza. — 86. O principio racional de analogia, fundamento da indução incompleta. — 87. Como o syllogismo entra na indução. — 88. Analogia no sentido logico e no sentido vulgar. — 89. Necessidade da hypothese, e o que ella seja. — 90. Como a hypothese se converte em these. — 91. Utilidade das hypotheses nas sciencias. — 92. Leis da hypothese. . . . . 58

#### LIÇÃO IX. — DA VERDADE E SUAS DIFFERENTES ESPECIES.

SUMARIO. — 93. Importancia do estudo da verdade. — 94. A essencia da verdade consiste na relação do ente com o entendimento. — 95. Duplo modo da referencia do ente com o entendimento divino e humano. — 96. Divisão da verdade em metaphysica, logica e moral. — 97. O erro contrario da verdade logica. — 98. A mentira contrario da verdade moral. — 99. Porque a verdade metaphysica não tem contrario. — 100. Precedencia da verdade metaphysica a respeito das outras duas especies de verdade. — 101. Deus fonte da verdade metaphysica, logica e moral. . . . . 65

#### LIÇÃO X. — DOS DIVERSOS ESTADOS DO ESPÍRITO EM RELAÇÃO Á VERDADE, OU DA CERTEZA, EVIDENCIA, OPINIÃO E DUVIDA.

SUMARIO. — 102. Certeza, opinião e duvida são diversos estados do espirito no acto do conhecimento. — 103. Definição de cada um desses estados; duas especies de duvida. — 104. Só a verdade pôde gerar a certeza. — 105. A

certeza é principalmente subjectiva, mas secundariamente tambem pôde ser objectiva; o que é esta especie de certeza. — 106. Diferença entre a certeza e a verdade. — 107. Diferentes especies de certeza; certeza experimental e scientifica; mediata ou immediata. — 108. Certeza humana e certeza divina; evidencia e fé. — 109. Certeza metaphysica, physica e moral. — 110. Fundamento destas tres especies de certeza. — 111. Erro dos que pensão que só a certeza metaphysica tem valor. — 112. Relação da certeza e da evidencia. — 113. Evidencia objectiva e subjectiva. — 114. Natureza da probabilidade. . . . . 60

#### LIÇÃO XI. — DO CRITÉRIO DA VERDADE OU Certeza.

SUMARIO. — 115. Dificuldade da questão do critério da verdade. — 116. Varias interpretações dadas ao critério. — 117. Verdadeira noção do critério. — 118. Divisão do critério em interno e externo. — 119. Opinião errônea de Huet e De Lamenais admitindo só o critério externo revelação e consenso universal. — 120. Confutação do critério de Huet. — 121. O critério lame-niano. — 122. O que é o critério interno para Descartes. — 123. Impugnação do critério cartesiano. — 124. O verdadeiro critério interno consiste na evidencia objectiva ou ontologica. — 125. Demonstração dessa doutrina. — 126. Diferença entre esta doutrina e a de Descartes. — 127. Solução de uma duvida sobre nossa doutrina. — 128. Necessidade de um critério externo; sciencia e fé. — 129. Triplicidade deste critério; autoridade do consenso commun dos homens; autoridade dos doutos; autoridade de Deos. — 130. Fundamento racional da crença na autoridade do commun dos homens. — 131. Valor da autoridade dos doutos. — 132. Superioridade absoluta da autoridade divina. . . . . 75

#### LIÇÃO XII. — DA AUTORIDADE DO TESTEMUNHO HUMANO E DAS REGRAS DE CRITICA HISTORICA.

SUMARIO. — 133. Propensão natural em crer no testemunho humano; utilidade do testemunho. — 134. O que é testemunha, testemunho, autoridade do testemunho e fé. — 135. Condições necessarias para a testemunha merecer fé. — 136. Fundamento racional dessa fé. — 137. Uma só testemunha pôde bastar para gerar a fé. — 138. Fórmulas do testemunho humano. — 139. O que é tradição, historia e monumento. — 140. O que é arte critica e hermeneutica. — 141. Regras de critica commun ás tres fórmulas do testemunho. — 142. Regras especiaes para a tradição. — 143. Regras concernentes a historia. — 144. Regras particulares aos monumentos. . . . . 85

#### LIÇÃO XIII. — DAS CAUSAS E REMEDIOS DOS ERROS.

SUMARIO. — 145. Os nossos erros procedem principalmente do entendimento, e secundariamente do juizo. — 146. As causas dos erros se dividem em internas e externas. — 147. Causas internas; imperfeição essencial de nosso espirito. — 148. O peccado original. — 149. As paixões. — 150. Falta da respectiva instrução. — 151. Causas externas; os mestres. — 152. O demasiado respeito á autoridade. — 153. Remedios contra os erros; humildade. — 154. Exame attento e diligente. — 155. As virtudes. . . . . 92

#### LIÇÃO XIV. — DOS SOPHISMAS.

SUMARIO. — 156. O erro sob a apparencia de verdade. — 157. O que é sophisma e paralogismo. — 158. Maldade dos sophismas, utilidade de conhecê-los. — 159. Origem da arte sophistica. — 160. Divisão dos sophismas. — 161. Sophisma de accidente. — 162. Sophisma do absoluto para o relativo. — 163. Sophisma de não causa por causa. — 164. Sophisma de ignorancia do elencho. — 165. Sophisma da petição de principio. — 166. Sophisma de enumeração incompleta. — 167. Sophisma de muitas perguntas. — 168. Sophisma de palavra; de figura; de dicção. — 169. Sophisma de equivocação. — 170. Sophisma de sentido duplo e composto. — 171. Como se desfazem os sophismas. . . . . 96

#### LIÇÃO XV. — DOS SIGNAEM EM GERAL E EM PARTICULAR DA PALAVRA EM SUAS RELAÇÕES COM O PENSAMENTO.

SUMARIO. — 172. Necessidade e natureza do signal. — 173. Divisão do signal em natural e artificial. — 174. Tres classes de signaes. — 175. Estado da questão da relação da linguagem com o pensamento. — 176. Solução da eschola sensualista. — 177. Opinião de Bonald, Bonnetty e P. Venturi sobre a questão. — 178. A palavra signal convencional. — 179. Necessidade da idéa para entender a palavra. — 180. Concordão S. Thomaz e S. Agostinho. — 181. Como sem a palavra o espirito pôde formar as idéas metaphysicas, religiosas e moraes. — 182. Em que consiste a verdadeira utilidade da palavra em relação ao pensamento. — 183. Origem da palavra. — 184. Opiniões diversas sobre este ponto. . . . . 101

#### LIÇÃO XVI. — DO METHODO E SEU PONTO DE PARTIDA. — ANALYSE E SYNTHESE.

SUMARIO. — 185. Noção do methodo. — 186. Tres elementos do methodo; importância do ponto de partida do methodo. — 187. Se devemos partir da duvida ou da crença. — 188. A duvida cartesiana chamada methodica. — 189. Essa duvida é conhecida desde Aristoteles. — 190. A duvida de Descartes não é a dos scepticos. — 191. Mas como elle a considera é absurda. — 192. Testemunho de Reid. — 193. É pela crença que devemos começar. — 194. O verdadeiro ponto de partida na parte racional das sciencias são os principios evidentes e indemonstraveis. — 195. A impossibilidade de duvidar da propria existencia não é descoberta de Descartes. — 196. O ponto de partida na parte experimental das sciencias é a evidente percepção dos sentidos e da consciencia. — 197. Noção da analyse e da synthese. — 198. Analyse e synthese logicas e experimentaes. — 199. Operações intellectuales que se referem a esses processos. — 200. Toda sciencia é analytico-synthetica. — 201. Porque certas sciencias se dizem analyticas e outras syntheticas. — 202. O espirito começa naturalmente por uma synthese confusa. — 203. Methodo inventivo e docente. — 204. Regras do methodo. . . . . 108

## SEGUNDA PARTE. — METAPHYSICA GERAL OU ONTOLOGIA.

Lição XVII. — DA METAPHYSICA EM GERAL E PARTICULARMENTE DA ONTOLOGIA.  
Noção do ente.

SUMMARY. — 1. O que é a metaphysica. — 2. Existencia e dignidade dessa sciencia especulativa. — 3. Sua divisão. — 4. O que é a ontologia. — 5. O ente commun não é o ente absoluto. — 6. Definição do ente objecto da ontologia. — 7. O ente em abstracto e em concreto. — 8. Em que sentido pôde ser predicado necessario. — 9. O ente primeiro objecto do entendimento e fundamento de todas as percepções. — 10. Divisões do ente. 121

## Lição XVIII. — DO PRIMEIRO PRINCIPIO ONTOLOGICO DE CONHECIMENTO.

SUMMARY. — 11. O que são os primeiros principios ontologicos de conhecimento. — 12. Porque se chamão primeiros, e quantos sejam. — 13. O estudo delles compete á ontologia. — 14. Se ha um principio absolutamente primeiro. — 15. Essa dignidade compete ao principio de contradicção; porque. — 16. Valor scientifico desse principio. — 17. Em que sentido o principio de contradicção é fundamento dos outros. — 18. Se os primeiros principios são innatos. — 19. Porque o principio cartesiano não pôde ser o primeiro dos principios. — 20. Relação do principio de contradicção com o da razão sufficiente de Leibnitz. — 21. Em que se distingue este principio do de causalidade. — 22. Innovação de Kant acerca do principio de contradicção. 126

Lição XIX. — DOS PRINCIPIOS METAPHYSICOS DO ENTE. — DA ESSENCIA,  
SUAS PROPRIEDADES E COGNOSCIBILIDADE.

SUMMARY. — 23. O que são principios metaphysicos do ente. — 24. Potencia e acto. — 25. O que é acto, e quaes suas principaes especies. — 26. Divisão da potencia. — 27. O ente mudavel, a creatura compõe-se de potencia e acto; o ente immudavel, Deos, é acto purissimo. — 28. Existencia e essencia dos entes; o que seja essencia. — 29. Propriedades da essencia, immudabilidade e indivisibilidade. Prova da immudabilidade. — 30. A eternidade e necessidade das essencias, e a eternidade e necessidade divina. — 31. Erro de Descartes e Puffendorff. — 32. Em que consiste a indivisibilidade das essencias. — 33. As essencias reaes e nominaes de Locke. — 34. As essencias reaes não nos são totalmente desconhecidas. — 35. Se a existencia se distingue da essencia. — 36. Diferentes especies de distincção. — 37. A essencia distingue-se realmente da existencia. — 38. Da inseparabilidade da essencia e da existencia não se pôde concluir a identidade dellas. 135

## Lição XX. — DA CAUSALIDADE DO ENTE, OU DAS CAUSAS.

SUMMARY. — 39. O que é causa. — 40. Como se distingue do principio e do elemento. — 41. Diferença entre a causa primeira, absoluta, e as causas segundas, relativas. — 42. Texto de Balnás. — 43. Existem quatro generos de causa. — 44. Diversas especies de causa efficiente. — 45. O occasionalismo. — 46. Refutação desse systema. — 47. Causa final. — 48. Varias sortes de fim. — 49. Existencia das causas finaes. — 50. Importancia da causa final. — 51. Utilidade de seu estudo. 141

## Lição XXI. — DO ENTE POSSIVEL OU DA POSSIBILIDADE DAS COISAS.

SUMMARY. — 52. O que é possibilidade. — 53. Possibilidade absoluta e relativa. — 54. Possibilidade physica, moral e hypothetica. — 55. Conhecimento da possibilidade. — 56. Se ha entes puramente possiveis; tres opiniões. — 57. Ha entes meramente possiveis. — 58. A razão da possibilidade não é o poder de Deos. — 59. A possibilidade não se funda na vontade de Deos. — 60. De que modo Deos é fundamento da possibilidade. — 61. Notavel texto de S. Thomaz. — 62. As idéas archetypes essencia dos possiveis. 151

## Lição XXII. — DO ENTE CREADO E INCREADO, OU DA CREAÇÃO

SUMMARY. — 63. Importancia do objecto desta lição. — 64. Tres hypothèses para explicar a criação. — 65. O que é criação em sentido proprio. — 66. Prova. — 67. Falsa interpretação do axioma *ex nihilo nihil fit*. — 68. Razão apparente da difficuldade da criação. — 69. Causas imaginaveis e causas concebiveis. — 70. Preexistencia das idéas divinas. — 71. Theoria de Cousin sobre a criação. — 72. Falsidade dessa theoria. — 73. Se a creatura pôde ser aniquilada ou reduzida ao nada. 159

## Lição XXIII. — DO ENTE NECESSARIO E DO CONTINGENTE.

SUMMARY. — 74. O que é ente necessario, e quantas sejam as especies da necessidade. — 75. Propriamente falando só ha um ente necessario. — 76. Prova da existencia desse ente. — 77. No ser necessario a essencia se identifica com a existencia. — 78. Necessario synonymo de incondicional. — 79. Propriedades do ente necessario e do contingente. — 80. Prova-se a existencia dos entes contingentes contra o fatalismo. — 81. O que é o fado ou destino no sentido christão. 165

## Lição XXIV. — DO ENTE FINITO E INFINITO OU DA ESTIMADAÇÃO. — DA SIMPLICIDADE E COMPOSIÇÃO DO ENTE.

SUMMARY. — 82. Valor da idéa do infinito; se temos essa idéa. — 83. O que é o infinito e o finito. — 84. O infinito não é o indefinido. — 85. O finito não é completamente negativo; o infinito é positivo. — 86. A infinidade não é completamente negativo; o infinito é positivo. — 87. É impossivel uma quantidade de ser só a Deos compete. — 88. Semelhantemente a respeito da quantidade continua infinita. — 88. Semelhantemente a respeito da quantidade

concreta. — 89. Ha infinitas potencias, mas só ha um infinito actual. — 90. Ser composto e ser simples. — 91. Composto real e logico ou metaphysico. — 92. Substantial ou modal. — 93. Essencial e integral. . . . 469

Lição XXV. — DA SUBSTANCIA, DA SUBSISTENCIA E DA PERSONALIDADE.

SUMMARY. — 94. O que é substancia e accidente. — 95. Ser em si não é o mesmo que ser de si; erro dos pantheistas. — 96. A idéa da substancia é positiva. — 97. A substancia distingue-se realmente dos accidentes; importância dessa verdade. — 98. A separação dos accidentes da substancia não envolve contradicção; extraordinariamente podem elles existir sem a substancia. — 99. O que é substancia. — 100. Indivíduo, supposto e pessoa. . . . 474

Lição XXVI. — DO ENTE ABSOLUTO E RELATIVO OU DA RELAÇÃO. — DO ENTE DE RAZÃO.

SUMMARY. — 101. Seis modos de ser. — 102. O que é ente absoluto e relativo. — 103. O que é relação, e quantos elementos encerra. — 104. Fundamentos da relação. — 105. Relações reaes e logicas. — 106. Se todas as relações são logicas. — 107. O que é ente de razão, e de quantas especies seja. — 108. Entes negativos e privativos; negação e privação. . . . 478

Lição XXVII. — DAS PROPRIEDADES DO ENTE, UNIDADE, VERDADE, BONDADE; E DA BELLEZA.

SUMMARY. — 109. O que são propriedades do ente. — 110. Quaes sejam ellas. — 111. O que é unidade. — 112. Varias especies de unidade. — 113. Porque todo ente é verdadeiro. — 114. Relação diversa dos entes com o entendimento divino e o humano. — 115. Porque todo ente é bom; definição da bondade. — 116. Em que differe o bom do verdadeiro; notavel resultado dessa differença. — 117. Tres especies de bondade. — 118. Noção do bello segundo S. Thomaz. — 119. Differença entre o bello e o verdadeiro. — 120. A verdade fundamento da belleza. — 121. A proporção requisito da belleza no objecto. — 122. Semelhança causa da faculdade delectar-se no bello. — 123. Faculdade cognoscitiva do bello. — 124. Divisões do bello. . . . 482

TERCEIRA PARTE. — PSYCHOLOGIA.

Lição XXVIII. — DA PSYCHOLOGIA EM GERAL. — THEORIA DAS FACULDADES D'ALMA.

SUMMARY. — 1. O que é psychologia, pneumatologia e anthropologia. — 2. Porque a psychologia deve começar pelo estudo das faculdades e não pelo da substancia d'alma. — 3. Nem o methodo empirico, nem o idealista pôde exclusivamente fundar a sciencia d'alma. — 4. O verdadeiro methodo psy-

chologico é analytic-synthetic ou empirico-racional. — 5. Dynamilogia. — 6. O que é uma faculdade d'alma. — 7. Se as faculdades se distinguem da essencia d'alma. — 8. Razões que mostram essa distincção. — 9. Critério para distinguir as faculdades d'alma. — 10. Por esse critério reconhecemos tres faculdades motrizes n'alma. — 11. Natural e logicamente o objecto é conhecido primeiro do que a faculdade. — 12. Classificação das faculdades d'alma; faculdades activas e passivas. — 13. Apprehensivas e expansivas, intellectivas e sensitivas. — 14. Notavel differença no modo de obrar das faculdades apprehensivas e expansivas. . . . 490

Lição XXIX. — DA SENSIBILIDADE EM GERAL E PARTICULARMENTE DA SENSIBILIDADE EXTERNA.

SUMMARY. — 15. Porque havemos de começar o estudo das faculdades d'alma pela sensibilidade. — 16. Miseres da sensibilidade. — 17. Definição da sensibilidade. — 18. Divisão da sensibilidade em interna e externa. — 19. Os cinco sentidos corporaes. — 20. Objecto da sensibilidade. — 21. Condições necessarias á operação dos sentidos. — 22. Tres especies de sensivel. — 23. Qualidades reaes e sensiveis; se estas existem nos corpos, ou são puras modificações do sujeito sensitivo. — 24. Resolução desta questão. — 25. Da veracidade dos sentidos. — 26. Como se distingue a sensibilidade do entendimento. — 27. Dar a sensibilidade o caracter cognitivo não é confundila com o entendimento. — 28. Descartes ensinando que o pensamento também é acto da sensibilidade confundio o homem com a besta. . . 499

Lição XXX. — DA NATUREZA E ORIGEM DA SENSACÃO

SUMMARY. — 29. Duas questões. — 30. Da ponte entre o objectivo e o subjectivo. — 31. Opinião de Descartes e Malebranche sobre a existencia dos corpos. — 32. O idealismo de Berkeley e o scepticismo de Hume consequencias da doutrina cartesiana. — 33. O juizo instinctivo de Reid não explica a questão da percepção dos corpos. — 34. Opinião de Kant. — 35. A sensação é por si mesma conhecimento dos corpos; provas tiradas da natureza da sensação, da linguagem universal e da consciencia. — 36. Forçosamente a sensação ha de ter um termo distincto de si. — 37. Se a sensação não é por si mesma a percepção immediata dos corpos, não podemos conhecer o mundo externo. — 38. Tres hypotheses acerca da origem da sensação. — 39. A actividade d'alma não é a unica causa da sensação. — 40. Também o agente externo não pôde ser por si só causa da sensação. — 41. A sensação é o resultado de dous factores, actividade d'alma e acção do objecto exterior. — 42. Necessidade da união do objecto exterior com a faculdade cognoscitiva; duas hypotheses para explicar essa união. — 43. Os objectos exteriores não podem unir-se á alma por sua substantialidade physica; unem-se por sua imagem ou representação. Especies sensiveis. — 44. Natureza das especies sensiveis. . . . 209

Lição XXXI. — DA SENSIBILIDADE INTERNA, E PRINCIPALMENTE DA IMAGINAÇÃO.

SUMMARY. — 45. Existencia da sensibilidade interna. — 46. Quatro sentidos internos. — 47. Prova da existencia delles. — 48. O que é a imaginação. — 49. Phantasia e imaginação é uma mesma faculdade. — 50. A imaginação é faculdade sensitiva. — 51. Conceber não é imaginar. — 52. Razão

apparente de ser a imaginação faculdade intellectiva. — 55. Só se pôde imaginar o que total ou parcialmente passou pelos sentidos. — 54. Divisão da imaginação. — 55. Sua utilidade na ordem moral, litteraria e artistica. . . . . 218

Lição XXXII. — DA MEMORIA, REMINISCENCIA E ASSOCIAÇÃO DAS IDEAS.

SUMMARY. — 56. O que é a memoria. — 57. Em que se distingue a memoria da imaginação. — 58. Memoria sensitiva e intellectiva. — 59. O passado objecto da memoria. — 60. Em que consiste a reminiscencia. — 61. Regras de mnemotechnia. — 62. Variedades de memoria. — 63. O que é associação de idéas; razão da associação. — 64. Relação, fundamento da associação de idéas; quatro especies principaes de relação. — 65. O phenomeno da memoria é uma maravilha inexplicavel; texto de S. Agostinho. . . . . 224

Lição XXXIII. — DO ENTENDIMENTO, SEU OBJECTO E VERACIDADE.

SUMMARY. — 66. Objecto da lição. — 67. O entendimento não é simplesmente a faculdade de conhecer. — 68. O ente ou o intelligivel objecto do entendimento. — 69. Como o entendimento tem por objecto a essencia das cousas. — 70. Porque se diz que o objecto do entendimento é a verdade. — 71. Definição do entendimento. — 72. Entendimento especulativo e pratico; não são faculdades distinctas. — 73. A razão não é faculdade distincta do entendimento como pretende Kant; sentido proprio e improprio da palavra razão. — 74. Se o entendimento nos pôde enganar; estado da questão. — 75. Resolução negativa da questão. — 76. Em que sentido a intelligencia é infalivel. — 77. Juizo de Kleutgen. . . . . 230

Lição XXXIV. — DAS OPERAÇÕES DO ENTENDIMENTO EM GERAL E PARTICULARMENTE DA INTELECÇÃO.

SUMMARY. — 78. Quantas e quaes são as principaes operações do entendimento. — 79. Reducção dessas operações a quatro. — 80. Theoria da intellecção; o que seja especie intelligivel. — 81. Necessidade da união da especie com o espirito; texto de S. Agostinho. — 82. A immaterialidade condição da intelligibilidade do objecto. — 83. A especie intelligivel é o pollen fecundante do entendimento. — 84. Elementos do conhecimento intellectivo. — 85. A especie é meio de conhecer, e não o que é conhecido. — 86. Como o entendimento passa da ordem ideal á ordem real para conhecer os corpos. . . . . 259

Lição XXXV. — DO JUIZO, SUA NATUREZA E ESPECIES.

SUMMARY. — 87. A percepção precede logicamente ao juizo. — 88. Definição do juizo. — 89. Elementos do juizo. — 90. O juizo é acto simples do entendimento. — 91. Em que sentido pôde ser dito acto da vontade. — 92. O juizo é a unica operação em que pôde haver verdade ou erro. — 93. Juizos affirmativos e negativos; como fundamentalmente todo juizo é affirmativo. — 94. Juizos livres e necessarios; se todo juizo é necessario. — 95. Juizos empiricos, racionais, apodicticos, certos, provaveis, verdadeiros e falsos. — 96. Reducção de todas as especies de juizos a duas, juizos

a priori ou analyticos, e a posteriori ou synthetics. — 97. Se os juizos synthetics a priori como pretende Kant. — 98. Improcedencia dos exemplos de Kant. — 99. Os juizos instinctivos da escola escolastica. — 100. Não ha juizo primitivo ou instinctivo; todo juizo é comparativo. . . . . 245

Lição XXXVI. — DA FACULDADE ABSTRACIVA E DA ABSTACÇÃO

SUMMARY. — 101. Necessidade de que o espirito possua a faculdade abstractiva, e o que esta seja. — 102. Essa faculdade é distincta da de entender. — 103. A de abstrahir precede em natureza, mas não em tempo a de entender. — 104. O que é abstracção; na abstracção não ha erro, nem verdade. — 105. Essa operação é consequencia da imperfeição de nossas faculdades cognoscitivas, e até os sentidos a seu modo necessitam della. — 106. Tres especies de abstracção. — 107. Utilidade da abstracção para o conhecimento da verdade. . . . . 252

Lição XXXVII. — DA CONSCIENCIA PSYCHOLOGICA E SUA VERACIDADE.

SUMMARY. — 108. O que é consciencia. — 109. E psychologica ou moral. — 110. Senso intimo e reflexão. — 111. A consciencia psychologica é directa ou habitual e actual ou reflexa. — 112. Se de todos os actos intellectuaes temos consciencia. — 113. A consciencia quer directa, quer reflexa, nos dá o conhecimento da existencia d'alma. — 114. Mas não o da sua essencia. — 115. Da certeza do testemunho da consciencia; provas. — 116. Limitação da infallibilidade da consciencia; esta não pôde ser criterio geral da verdade. — 117. Se a consciencia é uma faculdade distincta das outras. . . . . 256

Lição XXXVIII. — DAS IDEAS EM GERAL, E PARTICULARMENTE DAS FALSAS THEORIAS IDEOLOGICAS.

SUMMARY. — 118. Importancia da questão das idéas. — 119. Duas accepções da palavra idéa. — 120. A idéa como representação mental é de duas especies, e pôde ter duas definições. — 121. Caracteres da idéa, subjectividade, e objectividade, singularidade e universalidade. — 122. O problema da origem das idéas é o mesmo que o da formação do conhecimento humano; theorias sensualistas e espiritualistas. — 123. Theoria dos idólos de Demócrito e Epicuro. — 124. Incapacidade da theoria de Locke. — 125. Theoria das sensações transformadas de Condillac. — 126. Theoria pistonica. — 127. Inadmissibilidade da theoria das idéas innatas. — 128. Opinião de Descartes. — 129. Theoria de Leibnitz. — 130. Essencialidade do pensamento n'alma. — 131. Theoria de Kant. — 132. Theoria de Fichte. — 133. Hegel. — 134. Consequencias do criticismo allemão. — 135. Theoria ontologista. — 136. A razão impessoal de Cousin. — 137. O ente possivel de Rosmini. . . . . 265

Lição XXXIX. — DA VERDADEIRA THEORIA IDEOLOGICA, OU DA THEORIA ESCHOLASTICA.

SUMMARY. — 138. A theoria escholastica evita os extremos das precedentes. — 139. O problema da origem das idéas é em substancia o problema da origem dos conceitos universaes e abstractos. — 140. Importancia da facul



dade abstractiva no acto da formação das idéas. — 141. Como o entendimento percebe a essência ou forma a idéa; exemplo. — 142. Acção illuminadora do entendimento, agente essencial á formação da idéa. — 143. Como a idéa ha de por força ser necessaria e universal. — 144. O que ha de innato na formação das idéas; S. Thomaz e Leibnitz. — 145. Razões em abono da theoria exposta; primeira razão, simplicidade. — 146. Segunda razão, conformidade com a natureza corporea e espirital do homem. — 147. Terceira razão, conformidade com a experiencia e linguagem da humanidade. — 148. Texto de Balmés. — 149. Razão philosophica do que elle exprime. — 150. A linguagem espelho da intelligencia. — 151. Advertencias necessarias. . . . . 274

**Lição XL. — DO MODO COMO SE FORMÃO CERTAS IDÉAS DE ORDEM SUPRASENSIVEL, DIVERENTES ESPECIES DE IDÉAS.**

**SUMARIO.** — 152. Applicaçào da theoria escolastica. — 153. Como em geral o espirito por sua actividade forma as idéas suprasensíveis. — 154. Não é só pela comparaçào que se pôde formar a idéa universal. — 155. Como o espirito forma a idéa de Deos. — 156. Doutrina de S. Agostinho. — 157. Uma razão porque Descartes tinha por innata a idéa de Deos; resposta. — 158. Outra razão da mesma opinião; resposta. — 159. Como o espirito forma a idéa do ente; doutrina de Rosmini. — 160. Opiniões sobre a idéa de substancia. — 161. Como o espirito por si a pôde formar; o principio de substancialidade. — 162. Origem da idéa de causa; Kant, Maine de Biran e Cousin. — 163. Verdadeira origem dessa idéa; o principio de causalidade. — 164. Natureza da idéa do finito e do infinito. — 165. Como o espirito a forma. — 166. Varias especies de idéas. . . . . 284

**Lição XLI. — DA EXISTENCIA E NATUREZA DOS UNIVERSAES.**

**SUMARIO.** — 167. Existencia dos conceitos universaes; se lhes correspondem objectos reaes, ou se são elles mesmos que se objectivão. — 168. Opiniões dos antigos philosophos, epicuristas, platonicos, aristotelicos e estoicos. — 169. A mesma questão surge nos tempos modernos; no sensualismo de Locke e Condillac, no idealismo de Descartes, na visão de Malebranche e no formalismo de Kant. — 170. As tres principaes fórmas da doutrina dos universaes; o realismo. — 171. Porque é falso. — 172. O nominalismo. — 173. Porque é falso. — 174. O conceptualismo. — 175. Porque é falso. — 176. O que é o universal, e de quantas especies seja. — 177. Verdadeira doutrina sobre a natureza dos universaes. — 178. Conclusão. . . . . 297

**Lição XLII. — DA VONTADE E DA FORÇA MOTRIZ.**

**SUMARIO.** — 179. Todo ente tem appetito, tendencia ou faculdade expansiva; de quantas especies é essa faculdade. — 180. O que é a vontade. — 181. Objecto da vontade. — 182. Universal dominio da vontade sobre as outras faculdades. — 183. Relações da vontade com o entendimento. — 184. Como a vontade é faculdade reflexiva. — 185. A vontade como natureza activa e espontanea é necessaria, como actividade reflectida é livre. — 186. Razão dessa differença. — 187. Elementos constitutivos do acto voluntario e livre. — 188. A força motriz complementar dos actos da vontade; sua definição. — 189. Prova-se a sua existencia contra Descartes e Malebranche. — 190. Essa força é faculdade animica organica. . . . . 304

**Lição XLIII. — DA LIBERDADE DA VONTADE.**

**SUMARIO.** — 191. Importancia do objecto da lição. — 192. O que é a liberdade. — 193. Porque a vontade só é livre a respeito dos bens particulares. — 194. Especies de liberdade. — 195. Querer o mal não é da essência da liberdade. — 196. A liberdade da coacção ou de espontaneidade é incontestavel; porque. — 197. Toda a questão versa sobre a liberdade de necessidade intrinseca. — 198. Provas em favor desta liberdade. — 199. Razão intrinseca da liberdade; diversas opiniões. — 200. Refuta-se a que nega motivos á liberdade. — 201. E a que reputa os motivos como meros requisitos. — 202. A verdadeira doutrina; os motivos são razões sufficientes. — 203. Objecções contra essa doutrina; respostas. . . . . 312

**Lição XLIV. — DA ALMA EM GERAL, E PARTICULARMENTE DO EU OU DA PERSONALIDADE HUMANA, SUA UNIDADE E IDENTIDADE.**

**SUMARIO.** — 204. Existencia e natureza d'alma. — 205. O que é substancia e accidente. — 206. O que é substancia. — 207. Supposto e pessoa. — 208. Personalidade e eu; o que constitue o eu. — 209. Testemunho da linguagem humana em favor de nossa theoria do eu. — 210. Prova da unidade do eu. — 211. Prova de sua identidade. — 212. A consciencia não é constitutivo do eu, mas o meio perceptivo; doutrina de Locke. — 213. Absurdo da doutrina de Fichte sobre o ponto. . . . . 322

**Lição XLV. — DA SIMPLICIDADE E ESPIRITUALIDADE D'ALMA.**

**SUMARIO.** — 214. Propriedades essenciaes d'alma humana; principio psychologico. — 215. A noção de simplicidade não é identica á de espiritualidade. — 216. Toda substancia espirital é simples, mas não *vice-versa*. — 217. Provas da espiritualidade d'alma. — 218. Historico do materialismo. — 219. Objecção contra a espiritualidade d'alma tirada da duvida lockiana; resposta. — 220. Outra objecção tirada da dependencia do moral a respeito do physico; resposta. . . . . 328

**Lição XLVI. — DA IMMORTALIDADE D'ALMA.**

**SUMARIO.** — 221. Importancia do dogma da immortalidade d'alma. — 222. O que é a immortalidade d'alma e de quantos modos pôde um ente ser immortal. — 223. Se a razão pôde provar com certeza a immortalidade d'alma. — 224. Prova pela simplicidade. — 225. Pela subsistencia. — 226. Pelo desejo innato da felicidade. — 227. Pelo attributo da justiça divina. — 228. Pelo consenso unanime. — 229. Pelas funestas consequencias da these contraria. — 230. Objecção tirada do temor da morte; resposta. — 231. Outra tirada da defectibilidade moral; resposta. . . . . 334

**Lição XLVII. — DA UNIÃO D'ALMA COM O CORPO, — SÉDE D'ALMA.**

**SUMARIO.** — 232. Maravilha da união d'alma com o corpo. — 233. Duas especies de união e de composto, substancial e accidental. — 234. A união d'alma com o corpo é substancial; de que modo. — 235. O que é forma



substantial. — 236. União sem confusão, distincção sem separação é a formula expressiva do composto humano; ella é de applicação universal. — 237. A doutrina da união substancial seguida universalmente até Descartes. — 238. Os tres systemas modernos. — 239. O occasionalismo; sua refutação. — 240. A harmonia preestabelecida de Leibnitz; sua refutação. — 241. O influxo physico; porque não é admissivel. — 242. Em que sentido pôde ser admittido. — 243. A alma está toda no corpo inteiro, e em cada uma de suas partes. — 244. Texto de S. Agostinho. . . . . 340

LIÇÃO XLVIII. — DA ORIGEM E UNIDADE D'ALMA.

SUMARIO. — 245. Necessidade de tratar da origem d'alma. — 246. Tres questões a este respeito; a alma humana não é parte da substancia divina. — 247. Uma difficuldade tirada da Biblia. — 248. Se a alma é gerada, o tradicionismo e o generacionismo. — 249. Refutação dessa doutrina. — 250. A alma é immediatamente creada por Deos. — 251. Se no homem só ha um principio vital; historico do diodynamismo. — 252. A alma racional é o unico principio de vida no homem; della dimanão as funcções vegetativas, sensitivas e intellectivas; provas. — 253. Objecção tirada da inconsciencia das funcções organicas; resposta. . . . . 350

QUARTA PARTE. — THEOLOGIA NATURAL.

LIÇÃO XLIX. — DA THEOLOGIA NATURAL EM GERAL. — DEMONSTRABILIDADE DA EXISTENCIA DE DEOS. — PROVAS DESSA EXISTENCIA.

SUMARIO. — 1. Noção de Deos. — 2. Definição da theologia natural. — 3. Impropriedade do termo theodicéa. — 4. Utilidade e excellencia da theologia. — 5. O que nella nos propomos tratar. — 6. A existencia de Deos é demonstravel. — 7. Argumentos demonstrativos *a priori*. S. Anselmo, Descartes e Leibnitz. — 8. Valor nominal e logico desses argumentos. — 9. Os verdadeiros argumentos demonstrativos são *a posteriori*. Tres ordens desses argumentos. — 10. Prova metaphysica. — 11. Prova physica. — 12. Prova moral. . . . . 357

LIÇÃO L. — DOS ATTRIBUTOS DIVINOS EM GERAL, E PARTICULARMENTE DA ESSENCIA METAPHYSICA DE DEOS.

SUMARIO. — 13. Naturalidade do conhecimento da existencia de Deos. — 14. O que chamamos attributos divinos e de quantas especies podem ser. — 15. De que modo podemos conhecer esses attributos. Anthropomorphismo. — 16. Tres modos de alcançar aquelle conhecimento. — 17. Se os attributos se distinguem realmente da essencia divina. — 18. O que é essencia metaphysica de Deos. — 19. Em que ella consiste. . . . . 367

LIÇÃO LI. — DOS ATTRIBUTOS ABSOLUTOS, UNIDADE, ETERNIDADE, IMMUTABILIDADE, SIMPLICIDADE E INFINIDADE.

SUMARIO. — 20. Em que consiste o attributo da unidade. — 21. Provas da unidade de Deos; pela summa perfeição. — 22. Pelo conceito da simplici-

dade. — 23. Pela unidade do mundo. — 24. Pelo texto de Tertuliano. — 25. Razões contra o manichaeismo. — 26. O que é eternidade, e como a consequencia da ascidade. — 27. Se a eternidade é successiva ou simultanea. — 28. Como Deos é physica e moralmente immutavel. — 29. Como Deos é simples. — 30. É a unica substancia simples rigorosamente falando. — 31. Por isto é substancia eminentemente espirital. — 32. O infinito é positivo. — 33. Razões da infinidade de Deos. . . . . 372

LIÇÃO LII. — DA IMMENSIDADE, OMNIPOTENCIA, INTELLIGENCIA E VONTADE DE DEOS.

SUMARIO. — 34. O que é a immensidade de Deos. — 35. Ubiquidade. — 36. Razões da immensidade. — 37. Em que consiste a omnipotencia divina. — 38. Em Deos ha omniscencia. — 39. A sciencia de Deos é causativa. — 40. Objecto dessa sciencia. — 41. Em Deos ha vontade. — 42. Objecto dessa vontade. — 43. A perfeição infinita e absoluta. . . . . 379

LIÇÃO LIII. — DE DEOS CREADOR DO MUNDO. — O PANTHEISMO É ABSURDO E CONTRADICTORIO.

SUMARIO. — 44. Tres attributos relativos. — 45. O que é o pantheismo; suas duas formas principaes. — 46. Causas do pantheismo. — 47. Os philosophos gregos e Spinoza. — 48. Objecto da lição. — 49. O mundo é coisa essencialmente distincta de Deos; provas. — 50. O pantheismo radicalmente absurdo. — 51. O mundo foi tirado do nada; provas. — 52. Objecção tirada do *ex nihilo nihil fit*; resposta. — 53. Objecção tirada dos attributos de Deos; resposta. . . . . 385

LIÇÃO LIV. — DEOS CONSERVADOR DO MUNDO. — O CONCURSO DIVINO NOS ACTOS DA CREATURA.

SUMARIO. — 54. Em que consiste o attributo de conservador. — 55. Necessidade do acto conservador divino para a existencia das creaturas. — 56. Prova dessa verdade. — 57. Se o acto conservador é positivo ou negativo. — 58. Prova-se que é positivo. — 59. Absurdos resultantes da doutrina contraria. — 60. Do concurso simultaneo e previo. — 61. Se Deos concorre previo e simultaneamente nos actos da creatura. — 62. Prova-se o concurso simultaneo. — 63. Razões em favor da premoção physica. — 64. Objecção contra a premoção physica; resposta. — 65. Magnifico texto de Rosseti. — 66. Um salutar conselho. . . . . 392

LIÇÃO LV. — DA DIVINA PROVIDENCIA.

SUMARIO. — 67. Importancia do attributo Providencia. — 68. Inconsequencia dos deistas. — 69. O que é a Providencia. — 70. Provas da Providencia. — 71. Objecções tiradas da existencia do mal contra a Providencia. — 72. Origem e natureza do mal. — 73. Especies de mal. — 74. O mal não tem causa. — 75. Primeira objecção; resposta. — 76. Segunda objecção; resposta. — 77. Terceira objecção; resposta. — 78. Quarta objecção; resposta. . . . . 402

## QUINTA PARTE. — ETHICA OU DIREITO NATURAL.

## PRIMEIRA SECÇÃO. — ONTOLOGIA MORAL.

## Lição LVI. — DA ETHICA OU MORAL EM GERAL.

SUMARIO. — 1. Objecto desta parte. — 2. O que é a moral. — 3. Porque também se chama ethica. — 4. É uma sciencia pratica. — 5. Qual seja o seu objecto. — 6. Acções humanas e acções do homem. — 7. Utilidade e excellencia da moral. — 8. Suas relações com as outras sciencias moraes. — 9. Origem da disputa acerca da distincção da moral e do direito. — 10. Verdadeira doutrina sobre este ponto. — 11. Distincções logicas entre a moral e o direito natural. — 12. Fontes da moral. — 13. A razão auxiliada pela luz da revelação é a verdadeira fonte da philosophia moral. — 14. Triplice divisão desta sciencia. . . . . 411

## Lição LVII. — DA NATUREZA DA ACÇÃO HUMANA EM GERAL.

SUMARIO. — 15. Objecto da lição. — 16. O que é acto ou acção. — 17. Relação do acto com a faculdade ou potencia. — 18. Do fim da acção; differentes especies de fim. — 19. Bem honesto, util e delectavel, ou honestidade, utilidade e delectação. — 20. Como as creaturas tendem a cumprir os designios do Criador. — 21. Qual é o verdadeiro bem de um ente. — 22. O que constitue a rectidão do acto da creatura. — 23. Senhorio da vontade sobre as outras faculdades do homem; actos elicitos e imperados. — 24. O bem objecto primitivo da vontade. — 25. O bem absoluto do homem é o bem racional; como o bem sensível pôde ser bem do homem. . . . . 419

## Lição LVIII. — DO DESTINO DO HOMEM, DO SEU ULTIMO FIM OU DA FELICIDADE.

SUMARIO. — 26. O homem obra sempre por amor de um fim. — 27. Forçosamente ha de ter um fim ultimo que o faça feliz. — 28. Importancia da questão da felicidade do homem; opiniões dos antigos philosophos. — 29. Natureza e propriedades do soberano bem. — 30. Felicidade objectiva e subjectiva. — 31. O objecto da felicidade não pôde estar no homem. — 32. Nem em nenhum outro ser creado. — 33. Só Deos é o soberano bem e a verdadeira felicidade do homem. — 34. Se o homem pôde ser feliz neste mundo. . . . . 423

## Lição LIX. — DA MORALIDADE DOS ACTOS HUMANOS.

SUMARIO. — 35. O que é moralidade de um acto; a moralidade é duplice. — 36. Moralidade objectiva e subjectiva. — 37. Qual o primeiro principio ou razão da moralidade dos actos; opinião de Hobbes, sua falsidade. — 38. Opinião de Bentham e Helvecio ou o utilitarismo; sua refutação. — 39. Como a utilidade pôde ser moral. — 40. Opinião racionalista; é inadmissivel. — 41. Doutrina de Puffendorff; sua falsidade. — 42. Conclusão a evitar. — 43. O imperativo de Kant e a formula de Cousin. — 44. Falsidade da doutrina

## INDICE DAS MATERIAS.

kantiana. — 45. E da formula cousiniana. — 46. Verdadeiro fundamento da moralidade dos actos; ordem essencial das cousas, e a sabedoria divina. . . . . 429

## Lição LX. — DA MORALIDADE SUBJECTIVA DOS ACTOS HUMANOS.

SUMARIO. — 47. Objecto da lição. — 48. Espontaneidade, voluntariedade e liberdade. — 49. Voluntario, necessario e livre, perfeito e imperfeito, directo e indirecto, actual, virtual e habitual. — 50. Especies de ignorância; antecedente, concomitante, consequente, vencível e invencível. — 51. A ignorância antecedente e a invencível destroem a voluntariedade. — 52. Condições de moralidade, objecto, fim e circumstancias. — 53. O acto individual tira a sua moralidade dessas condições. — 54. Se ha actos indifferentes, e em que sentido. — 55. Consecutarios da moralidade; imputabilidade, merito e demerito. — 56. O que é imputabilidade, de facto e de direito; fundamento da imputabilidade. — 57. Effeitos naturaes da imputabilidade. — 58. O merito e demerito, o seu fundamento racional. — 59. Merito e demerito na ordem social; o homem não pôde fazer-se mal. — 60. Se como pre-tende Puffendorff ha merito a respeito de Deos. . . . . 436

## Lição LXI. — DA LEI EM GERAL, E PARTICULARMENTE DA LEI ETERNA E DA NATURAL.

SUMARIO. — 61. Objecto da lição. — 62. Definição da lei. — 63. Diversas especies de lei. — 64. Effeitos da lei. — 65. Natureza, existencia e absoluto dominio da lei eterna. — 66. Natureza da lei natural. — 67. O que é sanção da eterna. — 67. Provas da existencia da lei natural. — 68. O que é sanção, e se a lei natural está annexa uma sanção. — 69. Provas da sanção da lei natural. — 70. Essa sanção sendo imperfeita nesta vida será perfeita na outra; em que consiste essa sanção perfeita. . . . . 444

## Lição LXII. — DAS PRINCIPAES PROPRIEDADES DA LEI NATURAL E DE SEU PRIMEIRO PRINCIPIO.

SUMARIO. — 71. Propriedades da lei natural, divindade, eternidade, immutabilidade, universalidade, cognoscibilidade. — 72. De quantos modos pôde a lei mudar; intrinseca e extrinsecamente. — 73. Divisão dos preceitos da lei natural; primarios, secundarios, affirmativos e negativos. — 74. Essa lei é immutavel nos preceitos primarios e secundarios. — 75. Como as circumstancias podem mudar o objecto desses preceitos. — 76. Em que consiste a universalidade dessa lei. — 77. Todo homem em uso de razão conhece os primeiros preceitos da lei natural independentemente da revelação. — 78. Os preceitos secundarios podem ser ignorados vencivelmente, e seu perfeito conhecimento reclama o auxilio da revelação. — 79. A revelação é moralmente necessaria a todos os homens para perfeito conhecimento da lei natural. — 80. Opiniões acerca do primeiro preceito da lei natural. — 81. Critica dessas opiniões. — 82. Porque se deve admittir um primeiro preceito na sciencia moral, e qual seja elle. . . . . 450

## Lição LXIII. — DA LEI HUMANA E DA CONSCIENCIA MORAL.

SUMARIO. — 83. O que é a lei humana. — 84. Divisão desta lei. — 85. Sua necessidade. — 86. Seu fundamento. — 87. Suas condições. — 88. Sua

força obrigatoria. — 89. O que é a consciencia moral. — 90. Da synderesis. — 91. Syllogismo moral. — 92. Efeitos da consciencia. — 93. Variedades da consciencia. — 94. A consciencia recta, regra dos actos. — 95. Leis do syllogismo moral. . . . . 458

## SEGUNDA SECÇÃO. — MORAL OU DIREITO INDIVIDUAL.

## Lição LXIV. — DO DIREITO E DO DEVER EM GERAL.

SUMARIO. — 96. Objecto da lição. — 97. Noção ontologica do direito. — 98. Elementos constitutivos do direito. — 99. Divisão dos direitos; pessoaes e reaes, innatos e adventicios, perfectos e imperfectos. — 100. Em que consiste a coacção, e se todo direito é coactivo. — 101. Outras propriedades do direito, limitação e collisão. — 102. Natureza da collisão, e suas regras. — 103. Da alienabilidade dos direitos. — 104. Em que consiste o direito de necessidade. — 105. Especies de necessidade, e sua relação com o cumprimento do dever. — 106. O dever e o direito essencialmente relativos. — 107. O que é obrigação. — 108. Duas accepções do dever. — 109. Divisão dos deveres. . . . . 464

## Lição LXV. — DOS DEVERES NATURAES EM PARTICULAR E PRIMEIRAMENTE DOS DEVERES PARA COM DEOS.

SUMARIO. — 110. Como o dever precede ao direito e lhe serve de limite. — 111. Divisão de nossos deveres. — 112. Prioridade dos deveres para com Deos. — 113. Religião natural e revelada. — 114. Dever de dependencia é o primeiro de nossos deveres para com Deos. — 115. Dever de o adorar, de o crer e de o amar, ou adoração, fé e amor. — 116. A adoração ou o culto interno é de direito natural. — 117. Naturalidade e necessidade do culto exterior. — 118. Utilidade e importancia do culto exterior na sociedade. — 119. Dever de conhecer e crer a Deos. — 120. Dever de ama-lo sobre todas as cousas. — 121. Amor perfeito e imperfecto. . . . . 473

## Lição LXVI. — DOS DEVERES NATURAES DO HOMEM PARA COMSIGO.

SUMARIO. — 122. Porque logo depois dos deveres para com Deos se trata dos deveres para com nós mesmos. — 123. Do primeiro principio dos deveres para com nós mesmos. — 124. Divisão desses deveres. — 125. Dever de aperfeiçoar o entendimento pelo conhecimento da ordem moral. — 126. Restricção necessaria. — 127. Dever de aperfeiçoar a vontade. — 128. Dever de conservação e seus derivados. — 129. O suicidio é illicito, contrario á natureza, á sociedade e á lei de Deos. — 130. Falsas razões em abono do suicidio. — 131. A mutilação do corpo pôde ser licita. . . . . 479

## Lição LXVII. — DOS DEVERES NATURAES DO HOMEM PARA COM OS OUTROS.

SUMARIO. — 132. O primeiro dever para com os outros, ama-os como a nós mesmos. — 133. Inclusive os proprios inimigos. — 134. O amor que devemos aos outros é semelhante, mas não igual ao amor proprio. — 135. Tres especies de devêres derivados do precedente, aperfeiçoar a intelligencia do proximo pela verdade, a vontade pelo bem e zelar a integridade de seu

corpo. — 136. O dever de nunca mentir; o que é a mentira; sua maldade intrinseca e essencial. — 137. O equivoco é licito. — 138. O dever de não fazer o mal e de fazer o bem; distincção necessaria. — 139. Deveres de humanidade, de beneficencia e de gratidão. — 140. Criterio de nossos deveres para com os outros. . . . . 485

## Lição LXVIII. — DOS DIREITOS NATURAES EM PARTICULAR, E PRIMEIRAMENTE DO DIREITO DE CONSERVAÇÃO E DE DEFEZA. — DO DUELLO.

SUMARIO. — 141. Direito de defeza consequencia do directo de conservação; até onde se estende. — 142. Condições ao exercicio desse direito. — 143. Satisfeitas estas é licito repellir a aggressão até a morte do injusto aggressor; provas. — 144. Direito a soccorro. — 145. Se a defeza da honra, pudor e bens da fortuna equipara-se á defeza da vida. — 146. Quando o direito de legitima defeza gera dever rigoroso, e quando sómente é licito. — 147. O que é o duello, e de quantas especies seja. — 148. É illicito de direito natural, como o homicidio e suicidio. . . . . 494

## Lição LXIX. — DO DIREITO DE PROPRIEDADE E SEUS CONSECUTARIOS.

SUMARIO. — 149. O que é direito de propriedade. — 150. Varias especies de propriedade, perfeita e imperfecta, directa e util. — 151. O dever de conservação, origem do direito de propriedade. — 152. A propriedade estavel não é de instituição civil, mas de direito natural. — 153. O trabalho e a accessão são os primeiros factos determinantes da propriedade concreta. — 154. Communhão primitiva dos bens; como deve ser entendida. — 155. Modos de adquirir a propriedade, originarios — occupação e accessão — e adquiridos — os contractos, herança e prescripção. — 156. Necessidade e natureza dos contractos. — 157. Varias especies de contractos. — 158. Condições para a validade natural dos contractos. — 159. Os contractos são de direito natural. — 160. Herança *ab intestato* e *ex testamento*. — 161. A transferencia dos bens paternos para os filhos é de direito natural. — 162. O que é prescripção. — 163. Se é de direito natural. . . . . 495

## TERCEIRA SECÇÃO. — MORAL OU DIREITO SOCIAL.

## Lição LXX. — DA SOCIEDADE EM GERAL.

SUMARIO. — 164. Como logicamente a sociedade devera ser estudada antes dos deveres individuaes. — 165. O homem é naturalmente sociavel e tende a viver effectivamente em sociedade. — 166. Fabula do homem solitario. — 167. Elementos constitutivos da sociedade; definição da sociedade. — 168. O bem social e a perfeição da sociedade. — 169. A sociedade é meio e não fim para o homem. — 170. A sociedade humana e os resultantes deveres de humanidade não procedem de pactos; não ha relações extra sociaes. — 171. A justiça social. — 172. É commutativa e distributiva. — 173. A desigualdade dos direitos individuaes constitue a verdadeira igualdade perante a lei social. — 174. O que é a autoridade social; sua indispensabilidade. — 175. Em que differe do superior. — 176. Soberania e soberano. — 177. Propriedades da soberania. — 178. Sociedades particulares. — 179. Suas diferentes especies, necessaria e livre, completa e incompleta, domestica

## INDICE DAS MATERIAS.

e civil, material, espiritual, militar, igual e desigual. — 180. Natureza e artificiaes. . . . . 504

## Lição LXXI. — DA SOCIEDADE DOMESTICA OU DA FAMILIA.

SUMARIO. — 181. A familia é a primeira das sociedades particulares; resulta de tres sociedades elementares. — 182. Natureza e fins da sociedade conjugal. — 183. Sua conformidade com a natureza e a vontade do Creador. — 184. Se é de direito natural para todos disjunctivamente. — 185. É a um tempo necessaria e voluntaria; como. — 186. A polyandria e a polygamia contrarias ao direito natural. — 187. A quem compete de direito a autoridade na sociedade conjugal. — 188. Deveres e direitos dos conjuges. — 189. Indissolubilidade do casamento; divorcio imperfeito e perfeito. — 190. O que no casamento pertence á autoridade civil. — 191. Natureza da sociedade paterna. — 192. Do patrio poder. — 193. D'onde se origina. — 194. Até onde se estende. — 195. Deveres e direitos dos pais e dos filhos. — 196. Natureza da sociedade heril. — 197. Servidão e captivoiro. — 198. A escravidão contraria ao direito natural. — 199. A servidão conforme a este direito é util á sociedade. — 200. Deveres reciprocos dos amos e dos servos. . . . . 514

## Lição LXXII. — DA SOCIEDADE POLITICA.

SUMARIO. — 201. Necessidade e natureza da sociedade politica. — 202. Seu fim immediato e mediato. — 203. O principio da autoridade essencial á sociedade. — 204. Natureza da autoridade. — 205. Considerada em si e abstractamente vem immediatamente de Deos, ou é do direito divino. — 206. Como essa autoridade ideal deve realisar-se e encarnar-se em uma pessoa physica ou moral. — 207. Como se opera essa encarnação; duas theorias — 208. O que seja forma de governo, e quantas sejam. — 209. Absolutismo e despotismo. — 210. Qual a melhor forma de governo. — 211. Texto de S. Thomaz. — 212. Opinião de Cicero. — 213. Advertencia essencial. — 214. Principaes funcções da soberania, poder legislativo, poder executivo, poder judiciario. — 215. Deveres e direitos dos soberanos e dos subditos. . . . . 523

## Lição LXXIII. — DA SOCIEDADE RELIGIOSA OU DA IGREJA E DE SUAS RELAÇÕES COM O ESTADO.

SUMARIO. — 216. Necessidade de tratar da sociedade religiosa. — 217. Essa sociedade é natural ao homem e sobrenatural em sua origem. — 218. Elementos divinos da constituição da Igreja. — 219. Tres ordens de pessoas a constituem. — 220. A monarchia essencial ao governo da Igreja. — 221. De que natureza seja essa monarchia. — 222. A Igreja sociedade perfeita e absolutamente independente. — 223. Seus principaes direitos. — 224. Coexiste com o Estado, mas não está no Estado, e se está de que modo está. — 225. Theoria christã das relações da Igreja com o Estado. — 226. Applicação na pratica. — 227. Repugnancia natural da theoria separatista; impossibilidade do fim que se propõe. — 228. Formula. . . . . 535

DECLARAÇÃO DO AUTOR. . . . . 544

## ERRATA

Por ter sido este livro impresso fóra da vista do autor, saio com varias incorrecções, apesar dos cuidados da revisão estrangeira. Eis aqui a errata das principaes.

PAG.	NUM.	ERROS.	EMENDAS.
6	9	Philosophia	Philosophus
10	14	De rigente	Dirigente
19	9	Preciso e	Preciso é
25	21	E da essencia	Da essencia
27	25	Um termo	Um terreno
30	30	O que ser	O que é ser
33	38	Quantidade	Qualidade
35	50	De sendo	Sendo
40	52	No sujeito	Ao sujeito
40	53	Do mesmo	Ao mesmo
40	53	Proponde	Posponde
41	54	É racional	É animal
49	64	Universal	Universalmente
53	70	Afirmativas	Particulares
54	72	E fallivel	É fallivel
61	84	Concluem em todo	Concluem que em to
77	110	Extenso	Externo
86	133	Proposição	Propensão
88	137	Quando não são	Quando são
95	152	Formemos pois	Tomemos pois
113	194	Principio	Principia
115	196	Impura	Empirica
126	196	Incompleto	Incomplexo
129	15	E evidente	É evidente
131	18	Quasi do	Quando
136	25	A primeira	O primeiro
136	26	De ser chamada	De ser, e é chan
146	43	E a causa	É a causa
148	45	Necessidade	Necedade
167	70	Atributos diversos	Atributos divin
169	81	Podassem	Produzem
171	86	É o nada, é o ser	o nada, e os
175	96	Aque	Aque

PAG.	NUN.	ERROS.	EMENDAS.
178	99	Substancia	Subsistencia
178	100	Racional	Irracional
192	5	A alma	N'alma
197	11	E logica. É-obvio	E logico é obvio
202	22	Tendo cada	Sendo cada
203	23	Atelá	A téla
205	25	Excitão	Exercitão
205	25	Esperando	Operando
206	26	Quod sentitur	Quod hoc quod sentitur
215	42	Material interna	Immaterial interna
230	65	Mesmas immunnidades	Mesmas immensidades
235	75	Intenção	Intuição
237	76	Imparticipada	Participada
249	96	Da sciencia	Na sciencia
250	98	Por a noção	Por que a noção
250	98	Inconstancia	Inconsistencia
251	99	Sem que	Sim que
255	107	E para que	E por aqui
256	107	E nas diversas	Essas diversas
257	109	Dê conveniencia	De consciencia
261	116	Se temos	Se lemos
271	152	Se não	Sendo
277	141	Se não	Sendo
281	147	Conservação	Observação
292	161	De substancia	De subsistencia
310	186	Não cousas	Nas cousas
329	216	Observadas	Absurdas
348	242	Verificado	Vivificado
359	4	Temos a existencia	Lemos a existencia
365	11	Theologica	Teleologica
370	16	Uma perfeição	Uma imperfeição
440	53	Em sua realidade	Em sua moralidade
465	97	Como do lado	Como dotado
473	109	Dos direitos derivados	Dos deveres derivados
494	147	Da luta favorecesse	Da luta favoreça
511	175	Não servir ao bem	Não é servir ao bem
526	205	Tendo poder	Não tendo poder
543	226	Competencia se dos	Competencias e dos
544	Decl.	Omnium erroneam	Omnino erroneam.

